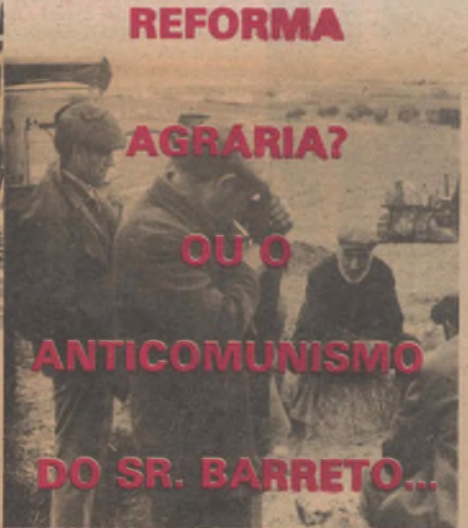


Revolução



AO POVO TRABALHADOR
QUAL A SAÍDA REVOLUCIONÁRIA PARA A CRISE?



REFORMA
AGRÁRIA?
OU O
ANTICOMUNISMO
DO SR. BARRETO...



O EXÉRCITO DA BURGUESIA



A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA
E O BLUFF DA COMPETÊNCIA

POR UMA GRANDE JORNADA
NACIONAL DE LUTA ANTIFASCISTA
NO 25 DE ABRIL DE 77

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

dos leitores

Porta-Voz do PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução

QUE SINDICALISMO ?

Os sindicatos são os órgãos dos trabalhadores, constituídos para defender os seus interesses económicos contra o patronato, contra o seu inimigo principal o capital. Não são, no entanto, órgãos que visam a tomada do poder. São a primeira forma de organização da classe trabalhadora para lutar contra o capital, são órgãos que não vão além da simples negociação e conciliação com o patronato e onde o árbitro é geralmente o Estado (burgês).

Antes do 25 de Abril, poucos eram aqueles que organizavam os trabalhadores, debaixo duma grande repressão, onde não faltavam pides e bufos nas direcções sindicais (e não só).

Todavia todos concerteza ainda estamos lembrados das lutas desencadeadas pelos caixeiros em 1971. Quando os caixeiros saíram para a rua em manifestação de protesto contra uma portaria do Governo de Caetano que negou a semana das 44 horas (já acordada pelos Tribunais Arbitrais), eles sabiam que estava lá a Polícia e os cães, sabiam que iam levar tareia, mas foram lá, e em massa, demonstrando um grande espírito de luta e coragem e acima de tudo uma grande consciência de classe.

A partir do momento em que a actual direcção do **Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Lisboa** tomou posse, as coisas poisaram:

a) A classe não é mobilizada nem esclarecida para a luta por melhores contratos (CCTs), sentindo-se portanto a burguesia à vontade para

só negociar até onde muito bem quer.

A reacção dos trabalhadores é espontânea, ao mesmo tempo que se sente esta mesma direcção divorciada de toda a acção (luta) levada a efeito pelos trabalhadores (exemplo: o CCT retalhista que representará 70 por cento dos trabalhadores do sindicato).

b) O jornal «Página Sindical» transforma-se em veículo das posições da direcção (apoio à Carta Aberta, etc.), onde já nem as cartas dos sócios do sindicato são publicadas.

c) A mesma direcção acabou com a acção dos grupos de trabalho em apoio a vários sectores.

d) Só esporadicamente a mesma direcção convoca reuniões de delegados sindicais.

e) O Governo «democrático e pluralista» aprova as suas leis: congelamento da contratação, lei dos despedimentos, regresso dos patrões, quotização, enquanto a direcção sindical se vai mantendo em silêncio.

f) Não há muito tempo, quando na sede do sindicato um trabalhador pedia explicações e discutia os métodos da direcção, foi agredido à cabeçada pelo presidente da direcção «democrática», etc...

Foram necessários 18 meses para a direcção sindical convocar a primeira Assembleia Geral para aprovar e analisar o relatório e contas de 1976

Continua na pág. 3

Lê
assina
divulga
Revolução

**PARTIDO REVOLUCIONÁRIO
DO PROLETARIADO
SEDES**

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573760

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573760

DELEGAÇÃO DO NORTE

Rua Álvares Cabral, 110, PORTO
LIVRARIAS REVOLUÇÃO

ODIVELAS

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 3-D. Horário — das 12 às 20 horas

Stª Iria da Azoia

Rua S. Francisco Xp.º, n.º 10-A

ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110
Tel. 315759/315786

MATOSINHOS — Rua Cond. de S. Salvador, 374
Tel. 931925

ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Ferreira Borges, Tel. 22961
MARINHA GRANDE — Rua Marques de Pombal, n.º 65
ARGEA — Tel. 92169

ORG. REGIONAL DE LISBOA
LISBOA — Av. da República, 40
ALGÉS — Rua Vitor Duarte Pedroso, n.º 15 - Algés de Cimp
Tel. 2100337

PAREDE — Rua Gomes Freire de Andrade, 1 Tel. 2474142

ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETÚBAL — Praça do Bocage, 3
Tel. 28949
BARREIRO — Rua dr. Eusébio Leão, 31 Tel. 2076745

LAVRADIO — Rua dr. José Carcáso Lobo, n.º 312
TORRÃO — Horta Seca — 66132

ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

ÉVORA — Largo do Chão das Covas, n.º 21 Tel. 24998
ALJUSTREL — Rua da Liberdade, n.º 13, Aljustrel

ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua Reitor Teixeira Guedes, n.º 35 - Tel. 24107

LOULÉ — Av. José da Costa Mea-
lha, n.º 39 - 1.º Tel. 63043
PORTIMÃO — Rua 5 de Outu-
bro, 17 — 24558
MONCHIQUE — Estrada da Foa,
9, Monchique,

VIANÁ DO CASTELO — Rua de Altamira, 102 Tel. 24320

BARCELOS — Av. Liberdade 60/c
Tel. 83099

CASTELO BRANCO — Rua de Santa Maria, 10 Tel. 179
S. JOÃO DA MADEIRA — Rua Jaime Afreixo n.º 142
Tel. 24149

SACAVÉM — Largo 5 de Outubro
N.º 16-17 Tel. 2512807

AMADORA — Rua Gonçalves Ramos, n.º 40 Tel. 939525

CACÉM — E. de Pago de Arcos,
lote 16, Gja, T. 2845096

COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional, n.º 10
2783397/2783122

QUINTA DA LOMBA — Rua de Goa, 21-A

BEJA — Rua Alexandre Herculano, n.º 29 Tel. 24594

OLHÃO — Rua 18 de Junho,
n.º 64 - B - C

FERRAGUDO — Rua 1.º de Maio
24735
ESTOMBAR — Rua D. Pedro
Galvão, 5

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017

**UNIVERSIDADE PROLETÁRIA
ERNESTO E LUÍS
LIVRARIA-BIBLIOTECA**

Encontra-se aberta na UPEL uma LIVRARIA-BIBLIOTECA, cujo horário normal de funcionamento é das 13 às 21 horas, e na qual podes adquirir livros com um desconto progressional ao preço de capa e que vai até aos 25 por cento.

VAI LÁ ● LÊ OU COMPRA LIVROS ● DÁ SUGESTÕES

Para aumentarmos a variedade e sobretudo a qualidade das publicações que apresentamos precisamos do teu apoio.

A UPEL fica na Av. 5 de Outubro, 68, Lisboa

Revolução

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

PAÍS Semestral — 110\$00
Anual — 220\$00

Pagamento

ESTRANGEIRO Semestral — 400\$00
Anual — 800\$00

Em cheque
Em vale

A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA É O BLUFF DA COMPETÊNCIA

Muitas das críticas que o P.S.D. e o C.D.S. têm feito ao Governo P.S. têm assentado na base da «incompetência» de alguns dos seus elementos.

Após a recente remodelação, esses partidos mostram-se particularmente satisfeitos com a nomeação de dois «independentes», um dos quais, Mota Pinto, designado para a pasta do Comércio e Turismo, é professor da Faculdade de Direito de Coimbra, ou seja, um advogado que nunca deu provas de perceber de questões respeitantes ao ministério que vai dirigir.

O P.S.D., ao elogiar esta nomeação, esqueceu deliberadamente o «critério» da «competência», pois Mota Pinto é um social-democrata que, embora dissidente do P.P.D., lhe está suficientemente próximo para defender o seu projecto.

Quanto ao outro independente, Nobre da Costa, nomeado para o Ministério da Indústria e Tecnologia, é efectivamente «competente» na noção própria da «via socialista» do Governo: pertence à «escola Champali-

maud» e do seu «curriculum» destaca-se ter sido presidente da Comissão Executiva da Sacor, cargo onde se mostrou perito em montar operações financeiras fraudulentas num montante superior a cem mil contos, utilizando falsificações contabilísticas, simulação de lucros e métodos similares.

O C.D.S. e o P.S.D. interpretam, muito justamente, a nomeação para o Governo de homens que nada têm a ver com o programa do P.S., como um importante avanço qualitativo para a direita e como tal se regosijam. Eanes foi peremptório ao afirmar que «será a capacidade da nova equipa para resolver ou encaminhar, com rapidez e eficácia, soluções para a crise que condicionará a sua duração no poder», pelo que a direita inteligente apenas tem a esperar que a «incapacidade» da nova equipa se manifeste, para o que é indiferente a «competência» dos seus membros, visto ser determinada pelas condições económicas.

E A CRISE ECONÓMICA MANTÉM-SE...

Dentro em breve Soares partirá para os E.U.A., actual centro de decisão sobre Portugal, cumprindo o papel que lhe foi distribuído de mandarete do imperialismo.

Para vemos como Soares cumpre bem o seu papel, notemos um facto curioso ocorrido durante a sua visita à Noruega (onde mendigou algumas coroas): um dos pontos da discussão entre Soares e os dirigentes noruegueses em que não houve acordo refere-se à África Austral, defendendo estes a continuação de apoio financeiro e técnico a Angola e Moçambique, contra o que Soares se manifestou, alegando que esses países estavam demasiadamente submetidos aos inte-



Gestor dos interesses do imperialismo até que este o considere incapaz de realizar essa tarefa

resses soviéticos.

Contudo, a submissão ao capitalismo internacional ainda está a meio. Os investidores estrangeiros, a quem Soares apela que salvem a economia portuguesa, não se compadecem das veleidades «democráticas» de Soares e exigem melhores condições de lucro.

Num recente relatório da Câmara de Comércio Internacional, os empresários estrangeiros nela representados criticam o Governo por permitir situações contrárias aos seus interesses, como sejam, a «indisciplina no trabalho» e a «falta de clareza quanto à persistência da actividade de empresas inviáveis, só para manter os postos de trabalho». Consideram que a desvalorização trará efeitos nocivos, a não ser que sejam tomadas novas medidas de protecção aos investimentos estrangeiros, como o alívio da carga fiscal sobre os lucros, e prevêm que a «recuperação económica» será sacrificada «a um prévio reequilíbrio do sector bancário». Ou seja, alegam que ainda não há condições propícias ao investimento.

Soares não deixará, certamente, de lhes propiciar.

Mas não são só os investidores

estrangeiros que continuam retraídos; também os tão elogiados «empresários» nacionais não se têm disposto a colaborar com o Governo, apesar deste se esforçar em lhes oferecer o crédito da Banca «nacionalizada, nossa». A prová-lo estão os relatórios apresentados por alguns bancos referentes a 1976, onde se nota um aumento substancial dos lucros, e uma liquidez financeira bastante elevada; este facto que tem sido divulgado pelo Governo como índice de um aumento de produtividade, representa fundamentalmente a escassez de pedidos de crédito para investimentos. Por isso o dinheiro está parado nos bancos, e o facto do Governo não o ter utilizado em investimentos nos sectores estatizados, ilustra bem a hipocrisia da «reconstrução económica» que não seja pura e simplesmente recuperação capitalista.



«A direita inteligente apenas tem que esperar que a 'incapacidade' da nova equipa se manifeste...»



A nomeação do novo Governo é um avanço qualitativo para a direita, pelo que esta se regosija

Dos leitores QUE SINDICALISMO?

Continuação da pag. 2

e apreciar e deliberar sobre o orçamento para 1977.

Esta Assembleia Geral marcada para o Pavilhão dos Desportos, dia 29 de Março esteve relativamente concorrido, considerando o estado de desmobilização a que a direcção sindical levou muitos dos trabalhadores. Aí a classe rejeitou maioritariamente tanto o relatório e contas de 1976 como o orçamento para 1977.

Claro que uma direcção sindical sem orçamento para o exercício das

funções só tem uma coisa a fazer — demitir-se

Temos nós, trabalhadores, que lutar por um sindicalismo que baseie a sua acção naquilo que nós próprios queremos, que dirija as lutas, onde o nosso sector é tão disperso.

NOTA: Entretanto a «direcção» do sindicato deu uma Conferência de Imprensa em que marcou nova data para eleições.

EM FRENTE PELO PODER DAS ASSEMBLEIAS

DEBATES

Durante esta semana, o PRP vai levar a efeito as seguintes sessões de esclarecimento com debate:

- 6.ª feira, dia 15, às 21 h. em Belas
- Sábado dia 16, às 16 h. em Unhos

Os debates subordinam-se aos temas:

- A situação política
- A Unidade
- Os revolucionários e o 25 de Abril

e a actualidade nacional

AO POVO TRABALHADOR

PORQUE AUMENTAM OS PREÇOS E A FOME?

PORQUE SÃO DESOCUPADAS AS CASAS, AS TERRAS E AS FÁBRICAS?

PORQUE PIORAM AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES?

QUAL A SAÍDA REVOLUCIONÁRIA PARA A ACTUAL CRISE?

A SITUAÇÃO ACTUAL

1. Cada dia que passa, mais profundamente a fome e a miséria penetram no seio do povo trabalhador. São as largas centenas de milhar de desempregados, são os magros salários e pensões, é o brutal aumento do custo de vida, são as desocupações de casas, e terras e fábricas, é a repressão que caminha para os velhos tempos de Salazar e Caetano, é o endividamento e cada vez maior submissão de Portugal ao imperialismo.

E toda esta política antioperária, antitrabalhadora e antinacional é conduzida ou sustentada por um governo e pela direcção de um partido, que falsamente se intitulam de democratas e socialistas, por um governo e pela direcção de um partido que no dia-a-dia da sua prática atraíam ignobilmente as mais legítimas reivindicações e aspirações das classes trabalhadoras e dos oprimidos deste País, mesmo de muitos daqueles que enganadamente votaram PS. E, como era de prever, esta política de fome, miséria e repressão de um governo que trai o próprio programa do seu partido é aplaudida e ainda considerada «insuficiente» na chamada Assembleia da República pela burguesia do CDS e do PPD.

UM GOVERNO FALSAMENTE SOCIALISTA

2. O Governo de Mário Soares, recorrendo uma vez mais às suas habituais promessas demagógicas, acenou com o chamado «cabaz de compras», de um já reduzido número de produtos, mas, antes de pô-lo em prática, permitiu que os preços da maior parte deles subissem escandalosamente, assim como não tomou as medidas necessárias a evitar a especulação e o mercado negro. Ao mesmo tempo, era desvalorizado o escudo, sabido como é que a inflação (a subida dos preços) e a desvalorização da moeda são dois dos principais instrumentos que em toda a parte os governos da burguesia utilizam para diminuir o salário real dos trabalhadores, para recuperar a economia a favor dos capitalistas.

O Governo de Mário Soares, recorrendo uma vez mais aos seus métodos nada democráticos, e nada socialistas, procura congelar os salários dos trabalhadores e impôr-lhes aquilo a que chama um pacto social. Isto, ao mesmo tempo que lhes diminui o salário real, que os insulta e calunia, que envia a GNR e a PSP para reprimir as suas justas lutas, que faz regressar os patrões às empresas, que reintegra os fascistas e indemniza os capitalis-

tas.

O Governo de Mário Soares, com o palavreado balofo a que o seu chefe nos tem habituado, e com o apoio dos seus comparsas reacccionários do CDS e do PPD, andou numa roda viva, por esse mundo, a mendigar a entrada de Portugal para o Mercado Comum, a tentar desesperadamente participar do clube dos grandes capitalistas da Europa. E aquilo que não é previsível a curto prazo — a entrada para o Mercado Comum — a dar-se, representaria maiores sacrifícios para os trabalhadores portugueses e total subordinação ao imperialismo. Aqui, como noutras medidas que procura levar a cabo, o Governo PS mais não faz do que pretender pôr em prática medidas antitrabalhadoras que há já meses eram propostas pelos reacccionários da CIP, da CAP, do PSD, do CDS e pelo imperialismo.

Tudo faz ou procura fazer este governo falsamente socialista em nome de uma chamada «reconstrução da economia portuguesa» e sob o pretexto de que se este Governo falhar seria «a última alternativa de esquerda em Portugal». É por demais evidente a demagogia e a mistificação que estão por detrás destes alibis. A «reconstrução da economia» a que se refere é a de um governo social-democrata, feroz inimigo dos trabalhadores e fiel representante dos interesses capitalistas e imperialistas em Portugal. Os trabalhadores não têm que fazer pactos ou colaborar com uma «economia» ou com uma «alternativa» que não são as deles, mas que são as dos seus piores inimigos — os capitalistas e imperialistas.

OS TRABALHADORES AINDA NÃO ESTIVERAM NO PODER

3. No momento que se vive é fundamental que a situação económica, política e social fique clara para as grandes massas, para que a direita não possa continuar a atribuir aos trabalhadores e aos revolucionários a culpa de situações que a estes não cabe. Os exploradores e reacccionários do MIRN, do PAP, do CDS, do PSD e outros, não têm autoridade moral para falar, quando eles foram agentes e cúmplices do fascismo e do colonialismo de Salazar e Caetano e são hoje representantes do grande capital e do imperialismo que procura oprimir e explorar o povo trabalhador português.

Ao contrário do que a canalha reacccionária e fascista larga e diariamente propagandeia através dos meios de comunicação, o desemprego, a vida cara, a fome, a grave crise económica e social que Portugal atravessa, não

são resultado do 25 de Abril de 74, nem, tão pouco, são obra do socialismo ou dos trabalhadores. Em 25 de Abril de 74 já a crise do capitalismo em Portugal era profundamente grave. O 25 de Abril de 74, por via das lutas operárias e populares, traduziu-se num acto de profunda libertação de um povo durante longos anos submetido à feroz opressão do colonial-fascismo. O socialismo, palavra e objectivo tão queridos dos trabalhadores, nunca esteve no Governo de Portugal e hoje está bem à vista como os dirigentes do PS são falsos socialistas, são burgueses encapotados, de que o capital e o imperialismo se servem para enganar e explorar as classes trabalhadoras. Também, no pós 25 de Abril de 74, os vários governos provisórios, apesar das intensões ou declarações de alguns deles, e embora nem todos fossem iguais, nunca foram governos socialistas nem governos dos trabalhadores. Pressionados pelas lutas operárias e populares, alguns governos reformistas tiveram que adoptar reformas que, no entanto, não resolveram os problemas de fundo que eram urgentes resolver. A política ambígua e reformista de alguns destes governos abriu as portas aos «pides» e aos fascistas, assim como permitiu o avanço das forças de direita. Se um autêntico governo dos trabalhadores tivesse tomado conta do Poder não manteria a indefinição económica e política (que aprofundou a degradação da situação), reprimia com firmeza os fascistas e reacccionários, tomaria um conjunto de medidas indispensáveis para resolver a crise económica a favor da classe operária, dos pequenos camponeses e do povo trabalhador em geral.

POR UM GOVERNO DOS TRABALHADORES

4. Na situação que Portugal atravessa é possível e necessária uma saída favorável aos trabalhadores, uma saída que aponte para o seu Poder.

Um governo dos trabalhadores, um poder revolucionário em Portugal:

- a) Dirá não aos falsos socialistas e democratas, ao parlamentarismo burguês, em que os trabalhadores deixam por conta de outrem a representação dos seus interesses;
- b) Dirá sim ao socialismo de base, à democracia proletária, em que os trabalhadores exercerão o Poder a partir das fábricas, dos campos, das empresas

e dos bancos;

- c) Fará o planeamento socialista da economia, promoverá o desenvolvimento económico e colocará a produção ao serviço das necessidades do povo trabalhador e não do lucro dos capitalistas;
- d) Acabará com o desemprego e com as reformas e pensões de miséria;
- e) Prestará auxílio técnico e financeiro às UCP, às cooperativas, aos pequenos camponeses, à distribuição dos produtos e acabará com a divisão entre a cidade e o campo;
- f) Concederá assistência médica e medicamentosa gratuita a toda a população;
- g) Criará igualdade e possibilidades de acesso ao ensino para todos;
- h) Diversificará as relações económicas, políticas e culturais de Portugal, praticará a solidariedade internacionalista com todos os povos e países do mundo em luta contra o colonialismo, o racismo e o imperialismo e defenderá intransigentemente a independência nacional, não permitindo a subordinação de Portugal a qualquer bloco político-militar.

OBJECTIVOS GERAIS E IMEDIATOS DE LUTA

5. Mas este governo e poder revolucionários dos trabalhadores só poderá ser conseguido se nos unirmos e organizarmos solidamente, se lutarmos desde já com firmeza em torno dos problemas concretos, das aspirações e reivindicações da classe operária, do povo trabalhador e das forças progressistas. É neste sentido que o PRP apela à unidade, organização e luta:

- a) Contra o avanço do fascismo — contra o regresso dos fascistas aos lugares de comando nas FA, nas empresas, no aparelho de Estado, etc.;
- b) Contra a recuperação capitalista e pela defesa intransigente das conquistas dos trabalhadores — contra as desocupações de casas, terras e fábricas, con-

A TÁCTICA DA DIREITA

O CDS, ao romper publicamente com Galvão de Melo, mostrou claramente não estar neste momento interessado num golpe, golpe esse que encontraria pela frente uma oposição muito ampla, envolvendo inclusivê sectores que participaram no golpe reaccionário do 25 de Novembro.



Ao declarar-se partidário de um regime ditatorial, Galvão de Melo vê-se afastado do CDS, a quem embaraça semelhante companhia

Neste momento a burguesia inteligente prefere formar um bloco coeso em volta de Ramalho Eanes e seguir os «conselhos» do Imperialismo, pois os imperativos economicos são de molde a forçar este Governo a uma politica cada vez mais direitaista, que a direita obviamente vai apoiando, estando preparada para ir substituindo aqueles que fiquem demasiado à esquerda para poder personificar as tarefas que lhes são exigidas.

No entanto este avanço para o fascismo não se processará sempre desta forma legalista: O momento chegará em que as tarefas exigidas à burguesia não serão mais compatíveis com o parlamentarismo, com a constituição, com a vida politica «democrática» e a classe dominante só se poderá manter no Poder por um processo de ruptura com as instituições que ela própria criou e jurou defender, ou seja, por meio de um golpe fascista.

Essa burguesia (apostada principalmente no CDS, mas também em sectores à sua direita e no PSD) espera que nessa altura a degradação económica tenha atingido um grau tal que provoque a divisão dos sectores intermédios, neste momento hesitantes, colocados perante a evidência do fascismo ou ditadura do proletariado, levan-

do muitos deles a ficar pelo menos passivos.

Espera que, por outro lado, os saneamentos nos quartéis tenham atingido um grau tal que não haja sequer lugar para «mêoantonistas»; lembrem-nos que para ser realizada esta «sangria», os postos de comando serão inevitavelmente ocupados por homens do antigo regime.

Espera que a organização dos trabalhadores esteja debilitada pela repressão sobre os seus elementos de vanguarda e pelas traições sucessivas de reformismo.

Com estas condições reunidas o CDS já não romperia com Galvão de Melo, a constituição iria literalmente para o caixote do lixo, o fascismo implantar-se-ia.

O golpe fascista neste momento seria certamente derrotado e por isso mesmo a direita não o desfere. Contudo sabe que lhe será necessário, para manter a sua dominação só que esperá melhores condições para o fazer.

Evitar que elas se formem é dever de todo o antifascista. Criar organização para possibilitar a vitória do proletariado nesse confronto é tarefa dos revolucionários.



A burguesia inteligente prefere formar um bloco em torno de Eanes

AO POVO TRABALHADOR

Continuação da pag. 4

- tra o regresso dos patrões, contra a vida cara, pelo direito à greve, contra o congelamento de salários;
- c) Contra a informação fascista e reaccionária — por uma informação ao serviço dos trabalhadores;
- d) Contra o saneamento dos milita-

res revolucionários e progressistas;

- e) Pelo poder democrático e revolucionário dos trabalhadores;
- f) Contra a NATO, contra a integração na Europa capitalista, pela Independência Nacional.

Nota: O texto que reproduzimos foi elaborado pela direcção do PRP e tem vindo a ser amplamente distribuído por todo o País sob a forma de comunicado.

P.C.P. RUMO À NEGOCIAÇÃO

É de natureza das forças reformistas controlar as lutas dos trabalhadores para no momento que considerarem oportuno as estancarem e utilizarem como trunfos nos negócios com o Poder estabelecido.

O cunho que imprimem a essas lutas é de modo a que elas nunca atinjam pontos de ruptura, pelo que o seu maior ou menor avanço tem dependido da correlação de forças que se vive.

O PCP não foge à regra, e neste momento em que a concertação dos partidos de direita se consolida com a recente remodelação ministerial e em que o exausto projecto de «maioria de esquerda» se esvai, o PCP anuncia a sua «nova» alternativa para a crise.

Parte integrante dessa «alternativa» é o relançamento económico, e o PCP defende-o de tal forma que para um porta-voz do gabinete do ministro do Plano as propostas apresentadas «não só não contêm em si qualquer originalidade ou inovação, como coincidem com a tese do Partido do Governo».

É precisamente essa coincidência que o PCP pretende exibir, para legitimar as negociações que prepara com o Governo e que se tornam claros no que se refere ao Pacto Social. Aqui, o PCP estende a mão ao Governo, declara que, segundo ele, esse Pacto deve ser «uma plataforma, um acordo ou um compromisso estabelecido entre forças sociais e políticas muito amplas, tendo em vista uma politica nacional de austeridade e um esforço que permita a recuperação económica e o início de uma politica de desenvolvimentos».

O PCP irá realizar em Maio (que por acaso é o mês previsto pelo Governo para início das conversações sobre o referido pacto) uma Conferência Nacional, cuja tarefa será contribuir para

a definição da tal plataforma a ser negociada entre o Poder e, «no plano social» a Intersindical, as UCPs, Legas e Movimento de pequenos e médios agricultores e «no plano político, com o PCP».

O anúncio destas intenções nesta altura não surge por acaso: o PS, depois de ter negociado com o CDS e com o PSD, tem de negociar com o PCP, se bem que não tenha já as mãos muito livres para isso, precisamente pelos compromissos já assumidos com os partidos à sua direita.

O crescente isolamento do PCP a nível do aparelho estatal é um trunfo com que o Governo o combate. O PCP tem respondido com o seu fortalecimento interno, com o exacerbar da militância dos seus membros (campanha dos 50.000 contos...), com o seu reforço a nível sindical e militar.

A subida a ministro de Maldonado Gonelha vem provocar maior dificuldade nas negociações com os sindicatos, o que quer dizer que torna mais próximas rupturas pontuais entre trabalhadores e Patronato, facto que o PCP pretende evitar, por poderem assumir formas de luta que o ultrapassem.

Surge assim a altura de o PCP decidir não só mostrar-se mais aberto às negociações, como defender a tese económica do PS, sob um ângulo obviamente mais «progressista».

O PCP oferece a «intervenção voluntária» dos trabalhadores que controla na «reconstrução económica», a troca da sua participação nas decisões sobre essa reconstrução. Só que os tempos mudaram: o PCP não pode oferecer muito, sob pena de perder a moeda de troca que possui — os trabalhadores; o Governo não pretende comprar caro, porque as armas que prefere são outras: a repressão.



Sempre pronto a negociar com o Poder, Cunhal responde às viragens deste à direita com cada vez maiores cedências

O EXÉRCITO DA BURGUESIA

O IMPERIALISMO

Continua como estratégia do imperialismo, como não poderia deixar de ser, o subordinar o mais possível, e pelo espaço de tempo mais longo possível, os países economicamente desenvolvidos à dominação da burguesia e os países economicamente atrasados à exploração imperialista.

Na correlação de forças a nível mundial, o imperialismo tem utilizado as armas como factor determinante na resolução dos conflitos sociais em cada país.

Os acontecimentos que se sucedem na Tailândia, na Coreia do Sul, na Indonésia, na Rodésia, na África do Sul, no Zaire, no Sara, no Egipto, no Líbano, em toda a América Latina e, enfim, na Europa Mediterrânica, são espelhos desta realidade de que Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Benin, Etiópia, Camboja, Laos e Vietname, são frutos de recentes vitórias para o campo revolucionário.

O imperialismo conluiado com a burguesia nacional estabeleceu em Portugal, antes duma aliança social ou política, uma aliança militar. O imperialismo encontrou no interior dos quartéis os aliados capazes de levar a defesa dos seus interesses até às últimas consequências.



«Inicia-se em seguida a ruptura com os meloantunistas e dão-se os passos necessários para o seu isolamento»

NATO

A constituição da Brigada NATO deu cobertura à vinda de material de guerra e de técnicos de guerra americanos, fazendo cada vez mais depender os nossos meios de defesa do exterior.

Assim como tempo que se encerra a AGFA, por decisão de um grupo monopolista americano, o mesmo governo dos EUA oferece subsídios para o reapetrechamento do exército e auxílio a oficiais «democratas».

É sabido que fazer depender os nossos meios de defesa do exterior, e neste caso o facto de a força que fornece as armas e a técnica ter interesses aqui a consolidar e desenvolver, não é mais do que comprometer e hipotecar a Independência Nacional.

A CONSTRUÇÃO

DO EXÉRCITO

DA BURGUESIA

Desmontar as fases por que tem passado a recuperação do exército, que do 11 de Março até 25 de Novembro se colocou, não sem hesitações, ao lado dos trabalhadores, é denunciar o que significa a palavra de ordem que a dado momento foi lançada pela burguesia de «regresso aos quartéis».

A partir do 11 de Março a burguesia, numa 1.ª fase, fomentou a aliança entre todos os que se mostravam desacordo com a condução do processo revolucionário, arrastando o então «grupo dos nove». Através desta aliança acumulou forças que lhe permitiram confrontar-se com o movimento revolucionário assente, no essencial, na UNIÃO mais sentimental que

cessários para o seu isolamento. Forja-se para este processo uma nova aliança militar, constituída por tudo o que é direita e extrema-direita. É sob esta aliança militar que se realizam as eleições para os Conselhos de Armas e se retiram do Comando das Regiões Militares tanto Pezarat como Charais, que não «regressam aos quartéis», mas são «engaiolados» no Conselho da Revolução. O único que se mantém com comando operacional, não sem contestação, é Vasco Lourenço.

Em seguida foi o assalto aos comandos das Unidades Militares, a sua substituição pelos fiéis à linha, a transferência dos oficiais dumas Unidades para outras.

É na execução deste plano que são levados a Conselho Superior de Disciplina os 33 oficiais revolucionários e antifascistas.

As declarações de Hugo dos Santos no actual contexto inserem-se na tentativa de criar um novo alibi, tipo «Relatório das Sevidias», para numa fase posterior aviar uma nova remessa. Repete-se a dose, encomenda-se um relatório à PJM e aguarda-se que os serviços deem cá fora uma folha que comprometa os militares que a correlação de forças na altura permita. Assim se vai consolidando e saneando a estrutura.

Simultaneamente são criadas no interior dos quartéis condições para que o assalto aos comandos, o saneamento da estrutura OPERACIONAL, se efectue sem grandes sobresaltos.

Os meios utilizados reflectem uma multifacetada tática que se passa a descrever:

O MILITARISMO

O avanço da repressão e o enquadramento dos soldados realizou-se no início através de uma repressão que pela forma como era exercida mal se sentia.

Isolaram-se os recrutas dos prontos, exercendo-se sobre os recrutas uma forte repressão, pela aplicação do RDM a torto e a direito. Sobre os prontos ao mesmo tempo que eram dadas baldas, através das possibilidades que se criavam dos «desenfiados», aplicavam-se castigos bastante severos à mínima falta: bastava um boné fora da cabeça.

Fomenta-se, por outro lado, a desconfiança entre os soldados, através de interrogatórios intimidatórios usando-se e abusando-se da arbitrariedade.

Contribuiu também para a agudização deste clima de repressão, o enquadramento de mercenários, a reintegração de comprovados fascistas, assim como o assinar de contratos com milicianos que lhes dêem garantias de bem servir a sua tática.

Instalaram nos quartéis a desconfiança, através de arbitrariedades a que usam dar o nome de «Disciplina Militar».

OS CURSOS»

A arbitrariedade inventou no entanto uma máscara, e essa máscara chama-se «competência». Assim, quem é competente pode usar e abusar da

arbitrariedade porque isso é fruto da sua competência.

A competência foi uma roda viva que arrastou alguns oficiais assustados que de repente se ofereceram para alunos dos professores americanos, na mira de integrarem a nova elite.

É sabido que dentro dos quartéis vive-se do passado, a estrutura militar é incapaz de gerar um movimento de ideias novas, os seus ideólogos são os fascistas que pregam o servilismo e a submissão sob a capa de «disciplina».



Otelo, um dos oficiais antifascistas e revolucionários sujeitos a CSD

na», o seu álbum de recordações são as histórias de opressão sobre os povos das ex-colónias.

A insensibilidade dos oficiais e sargentos frente às lutas dos trabalhadores é produto, por um lado, da sua própria condição de classe, por outro, do seu «saber» especializado que é na prática ignorância de tudo o que os cerca, ignorância que procuram camuflar atrás da autoridade que o RDM, ou seja, a estrutura militar lhes reconhece e atribui.

Os frustrados professores americanos que no Vietnamite levaram porrada, têm nos portugueses submissos discípulos. O ir aos cursos significa, para estes sequiosos alunos, saber mais em relação aos outros, o que em linguagem militar significa estar mais próximo do posto que lhes fica acima.

Tem todo este processo um objectivo, que é o da formação duma elite que se submeta e encarneire com o novo poder que procura a todo o custo consolidar-se.

A DROGA

Aos militares do antes 25 de Novembro que se opunham abertamente ao processo revolucionário preocupava-os muito a falta de aprumo, a falta de botões, as botas sujas; apregoavam eles naquela altura que tínhamos uma vergonha do exército.

Agora cada camarada soldados anda bem fardado (a PM regressou ao anterior ofício que é fiscalizar os botões e as botas), mas embebedar-se ou drogá-lo, isto não preocupa os milita-



«Agora cada camarada soldado anda bem fardado», segundo o desejo dos militaristas que apregoavam que «antes do 25 de Novembro tínhamos uma vergonha de exército».

ESTADO ACTUAL

Cruta treina-se guerrilha urbana e rural, efectua-se operações de reconhecimento nas áreas em volta e monta-se segurança em pontos de natureza estratégica.

O APARELHO DA BURGUESIA

A fragilidade do aparelho de direita não permite a mínima oposição dentro das suas fileiras. Como exemplo temos o caso de Estremoz, em que

A PSICO

Aproveitam os militaristas o encarceramento e o isolamento dos soldados dentro dos quartéis para lançar o seu veneno.

São assim lançados, sempre em tom insultuoso, bocas que atingem figuras bastante ligadas ao processo revolucionário, tais como Otelo e Vasco Gonçalves.

Assume por vezes esta acção aspectos caricatos: o soldado de Rio Maior goza de regalias especiais e protecção hierárquica só porque na sua terra há café onde não entram comunistas.

Cria-se, por outro lado, um clima de golpe iminente para justificar a operacionalidade das tropas.

A PREPARAÇÃO OPERACIONAL

Busca-se a todo o custo um aumento de operacionalidade, difunde-se, ainda com fraca aceitação, excepto nas tropas de elite, o principio do «primeiro age-se, depois pensa-se».

Para além duma exigente preparação física, levando nalguns casos até à exaustão, treina-se ao toque do alarme, fazem-se exercícios de coordenação entre várias unidades, na re-



A reacção à nomeação de Loureiro dos Santos foi demasiado violenta e simultânea para ser unicamente produto «da incompreensão dos factos que levaram à sua nomeação»

um simples levantamento de rancho desencadeou um granel com «honras» de notícia na TV. Mais recentemente nos páras, precisamente no dia 1 de Abril (até parece mentira!), o coronel Almendra teve de ceder à 3.ª Comp. quando esta exigiu férias da Páscoa como os recrutas. Apesar dos seus oficiais andarem a limpar retretes, para trazer os soldados nas palminhas

das mãos, os páras parecem pouco dispostos a abdicar dos seus direitos.

AS SUAS CONTRADIÇÕES

Notam-se agora movimentos no interior da própria estrutura em que em cada caso concreto cada uma das linhas tenta acumular o máximo de forças ao nível operacional para se impor à outra.

É exemplar o caso da nomeação de Loureiro dos Santos: a reacção foi demasiado violenta e simultânea para ser unicamente produto «da incompreensão dos factos que levaram à sua nomeação»; esta reacção corresponde a uma clara motivação política, desencadeada por sectores de extrema-direita militar e da qual Eanes saiu reforçado.

importantes formas de organização da direita.

É de realçar que não lhes falta dinheiro. O recente crédito americano para reapetrechamento do Exército é, segundo as palavras de Carlucci, um auxílio aos militares «democratas». Parece que o avisado embaixador se propõe transformar Portugal numa nova estrela na bandeira dos EUA.

A PROPAGANDA

Poderá parecer contraditório com a análise feita, o anúncio feito pelas autoridades militares de redução dos efectivos militares; mas esta manobra mais não visa do que reduzir a força operacional aos efectivos de confiança do Poder.

A forma como é conduzida a propaganda, mostra claramente as li-



Busca-se a todo o custo um aumento de operacionalidade

O APARELHO OPERACIONAL

As contradições no interior do aparelho militar não têm permitido a rápida constituição do desejável aparelho operacional à altura da actual situação política.

Assiste-se então a uma ofensiva, tanto a nível da propaganda como da organização, para a constituição do aparelho capaz de assumir o golpe fascista.

A ORGANIZAÇÃO

O aumento dos efectivos das forças militarizadas, para onde é mais fácil seleccionar os homens e quem os vai comandar, procura compensar a redução dos efectivos ao nível dos quartéis.

A reunião de ex-comandos, tanto no Algarve como em S. João da Madeira, com a presença de todos os que já não enganam ninguém, desde Jaime Neves, Soares Carneiro, Santos e Castro e Almeida Bruno, onde por iniciativa deste se fez um elogio público a Santos e Castro, conhecido chefe da FNLA, e a defesa da organização dos ex-comandos para «a defesa da Pátria»; a frente de organização dos retornados das ex-colónias, onde, como se sabe, pontifica Galvão de Melo e o filhote, um tal Cerejo, são duas

gações entre a organização militar e civil da direita fascista.

Começam os militaristas burgueses a apontar, com o auxílio dos jornais da burguesia e apoiados em outros órgãos de informação, o inimigo dos soldados. Antes que os soldados se comecem a interrogar sobre o porquê das estafantes corridas para preparação em algumas unidades, o porquê da preparação antiguerrilha urbana e rural, do treino para dispersar manifestações e dos amígdos reconhecimentos em torno das Unidades, começa uma campanha concentrada com a cumplicidade de membros do próprio Governo:

Ida do furibundo Barreto à televisão falar das novas ocupações no Alentejo feitas pelos comunistas (desmentidas através dum comunicado dos trabalhadores) as declarações de Gonetla referindo-se à tática de «guerrilha» dos sindicatos, etc.

É também nessa campanha que se enquadra a provocação do «Comércio do Porto» ao nosso Partido, onde se afirmava estar o capitão Fernandes em Portugal a organizar grupos de guerrilha urbana, com a nossa colaboração.

Claro que eles não podem revelar as suas intenções, inventam as suas notícias, dispendo sempre do bombo da imprensa reaccionária que acompanha a festa. O inimigo para eles é a organização dos trabalhadores e as organizações revolucionárias.

Vasco Lourenço, um dos poucos oficiais do «grupo dos nove» que se mantém com comando operacional

nos quartéis

O EXÉRCITO

O IMPERIALISMO

Continua como estratégia do imperialismo, como não poderia deixar de ser, o subordinar o mais possível, e pelo espaço de tempo mais longo possível, os países economicamente desenvolvidos à dominação da burguesia e os países economicamente atrasados à exploração imperialista.

Na correlação de forças a nível mundial, o Imperialismo tem utilizado as armas como factor determinante na resolução dos conflitos sociais em cada país.

Os acontecimentos que se sucedem na Tailândia, na Coreia do Sul, na Indonésia, na Rodésia, na África do Sul, no Zaire, no Sara, no Egipto, no Líbano, em toda a América Latina e, enfim, na Europa Mediterrânica, são espelhos desta realidade de que Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Benin, Etiópia, Camboja, Laos e Vietname, são frutos de recentes vitórias para o campo revolucionário.

O Imperialismo concluiu com a burguesia nacional estabeleceu em Portugal, antes duma aliança social ou política, uma aliança militar. O imperialismo encontrou no interior dos quartéis os aliados capazes de levar a defesa dos seus interesses até às últimas consequências.

NATO

A constituição da Brigada NATO deu cobertura à vinda de material de guerra e de técnicos de guerra americanos, fazendo cada vez mais depender os nossos meios de defesa do exterior.

Ao mesmo tempo que se encerra a AGFA, por decisão de um grupo monopolista americano, o mesmo governo dos EUA oferece subsídios para o reapetrechamento do exército e auxílio a oficiais «democratas».

É sabido que fazer depender os nossos meios de defesa do exterior, e neste caso o facto de a força que fornece as armas e a técnica ter interesses aqui a consolidar e desenvolver, não é mais do que comprometer e hipotecar a Independência Nacional.

A CONSTRUÇÃO

DO EXÉRCITO
DA BURGUESIA

Desmontar as fases por que tem passado a recuperação do exército, que do 11 de Março até 25 de Novembro se colocou, não sem hesitações, ao lado dos trabalhadores, é denunciar o que significa a palavra de ordem que a dado momento foi lançada pela burguesia de «regresso aos quartéis».

A partir do 11 de Março a burguesia, numa 1.ª fase, fomentou a aliança entre todos os que se mostravam desaccordos com a condução do processo revolucionário, arrastando o então «grupo dos nove». Através desta aliança acumulou forças que lhe permitiram confrontar-se com o movimento revolucionário assente, no essencial, na UNIÃO mais sentimental que



«Inicia-se em seguida a ruptura com os meloantunistas e dão-se os passos necessários para o seu isolamento»

organizada, entre os soldados e os trabalhadores.

Foi assim que em 25 de Novembro foi cumprida uma das fases do plano imperialista, de que fazia parte a neutralização dos oficiais e soldados que então constituíam o movimento revolucionário.

Inicia em seguida a ruptura com os meloantunistas e dá os passos ne-



Vasco Lourenço, um dos poucos oficiais do «grupo dos nove» que se mantém com comando operacional

cessários para o seu isolamento. Forja-se para este processo uma nova aliança militar, constituída por tudo o que é direita e extrema-direita. É sob esta aliança militar que se realizam as eleições para os Conselhos de Armas e se retiram do Comando das Regiões Militares tanto Pezarat como Charais, que não «regressam aos quartéis», mas são «engaiolados» no Conselho da Revolução. O único que se mantém com comando operacional, não sem contestação, é Vasco Lourenço.

Em seguida foi o assalto aos comandos das Unidades Militares, a sua substituição pelos fiéis à linha, a transferência dos oficiais dumas Unidades para outras.

É na execução deste plano que são levados a Conselho Superior de Disciplina os 33 oficiais revolucionários e antifascistas.

As declarações de Hugo dos Santos no actual contexto inserem-se na tentativa de criar um novo alibi, tipo «Relatório das Sevícias», para numa fase posterior aviar uma nova remessa. Repete-se a dose, encomenda-se um relatório à PJM e aguarda-se que os serviços deitem cá fora uma folha que comprometa os militares que a correlação de forças na altura permita. Assim se vai consolidando e saneando a estrutura.

Simultaneamente são criadas no interior dos quartéis condições para que o assalto aos comandos, o saneamento da estrutura OPERACIONAL, se efectue sem grandes sobressaltos.

Os meios utilizados reflectem uma multifacetada tática que se passa a descrever:

O MILITARISMO

O avanço da repressão e o enquadramento dos soldados realizou-se no início através de uma repressão que pela forma como era exercida mal se sentia.

Isolaram-se os recrutas dos prontos, exercendo-se sobre os recrutas uma forte repressão, pela aplicação do RDM a torto e a direito. Sobre os prontos ao mesmo tempo que eram dadas baldas, através das possibilidades que se criavam dos «desenfianços», aplicavam-se castigos bastante severos à mínima falta: bastava um boné fora da cabeça.

Fomenta-se, por outro lado, a desconfiança entre os soldados, através de interrogatórios intimidatórios usando-se e abusando-se da arbitrariedade.

Contribua também para a agudização deste clima de repressão, o enquadramento de mercenários, a reintegração de comprovados fascistas, assim como o assinar de contratos com milicianos que lhes dêem garantias de bem servir a sua tática.

Instalaram nos quartéis a desconfiança, através de arbitrariedades a que usam dar o nome de «Disciplina Militar».

OS CURSOS

A arbitrariedade inventou no entanto uma máscara, e essa máscara chama-se «competência». Assim, quem é competente pode usar e abusar da

arbitrariedade porque isso é fruto da sua competência.

A competência foi uma roda viva que arrastou alguns oficiais assustados que de repente se ofereceram para alunos dos professores americanos, na mira de integrarem a nova elite.

É sabido que dentro dos quartéis vive-se do passado, a estrutura militar é incapaz de gerar um movimento de ideias novas, os seus ideólogos são os fascistas que pregam o servilismo e a submissão sob a capa de «discipli-



Otelo, um dos oficiais antifascistas e revolucionários sujeitos a CSD

na», o seu álbum de recordações são as histórias de opressão sobre os povos das ex-colónias.

A insensibilidade dos oficiais e sargentos frente às lutas dos trabalhadores é produto, por um lado, da sua própria condição de classe, por outro, do seu «saber» especializado que é na prática ignorância de tudo o que os cerca, ignorância que procuram camuflar atrás da autoridade que o RDM, ou seja, a estrutura militar lhes reconhece e atribui.

Os frustrados professores americanos que no Vietname levaram porrada, têm nos portugueses submissos discípulos. O ir aos cursos significa, para estes sequiosos alunos, saber mais em relação aos outros, o que em linguagem militar significa estar mais próximo do posto que lhes fica acima.

Tem todo este processo um objectivo, que é o da formação duma elite que se submeta e encarne com o novo poder que procura a todo o custo consolidar-se.

A DROGA

Aos militares do antes 25 de Novembro que se opunham abertamente ao processo revolucionário preocupava-os muito a falta de aprumo, a falta de botões, as botas sujas, apregoavam eles naquela altura que tínhamos uma vergonha do exército.

Agora cada camarada soldados anda bem fardado (a PM regressou ao anterior ofício que é fiscalizar os botões e as botas), mas embebedar-se ou drogar-se, isto não preocupa os milita-

DA BURGUESIA



«Agora cada camarada soldado anda bem fardado», segundo o desejo dos militaristas que apregoavam que «antes do 25 de Novembro tínhamos uma vergonha de exército».

ristas.

Continua portanto a droga sem repressão e em doses nunca vistas. Consta mesmo que há plantações no interior das Unidades, em Santa Margarida. São no geral elementos de direita identificados com o CDS, outros com a FNLA e UNITA, que vendem no interior dos quartéis o «produto», e são retornados das ex-colónias os clientes mais ou menos certos. Continuam estes elementos, apesar de alguns deles já terem sido denunciados, a gozar de protecção hierárquica.

É neste contexto político de avanço da direita que a droga aparece e não são contra ela tomadas medidas. Restá saber qual a cumplicidade que os traficantes de droga mantêm com os comandos das Unidades.

Que relação existe entre a droga e a criação de condições ao nível dos soldados para «pôr e dispôr» ao nível de oficiais e comandos de unidades?

A PSICO

Aproveitam os militaristas o encarceramento e o isolamento dos soldados dentro dos quartéis para lançar o seu veneno.

São assim lançados, sempre em tom insultuoso, bocas que atingem figuras bastante ligadas ao processo revolucionário, tais como Otelo e Vasco Gonçalves.

Assume por vezes esta acção aspectos caricatos: o soldado de Rio Maior goza de regalias especiais e protecção hierárquica só porque na sua terra há cafés onde não entram comunistas.

Cria-se, por outro lado, um clima de golpe iminente para justificar a operacionalidade das tropas.

A PREPARAÇÃO OPERACIONAL

Busca-se a todo o custo um aumento de operacionalidade, difunde-se, ainda com fraca aceitação, excepto nas tropas de elite, o princípio do «primeiro age-se, depois pensa-se».

Para além duma exigente preparação física, levando nalguns casos até à exaustão, treina-se ao toque do alarme, fazem-se exercícios de coordenação entre várias unidades, na re-

cruta treina-se guerrilha urbana e rural, efectua-se operações de reconhecimento nas áreas em volta e monta-se segurança em pontos de natureza estratégica.

O APARELHO DA BURGUESIA

ESTADO ACTUAL

A fragilidade do aparelho de direita não permite a mínima oposição dentro das suas fileiras. Como exemplo temos o caso de Estremoz, em que



A reacção à nomeação de Loureiro dos Santos foi demasiado violenta e simultânea para ser unicamente produto «da incompreensão dos factos que levaram à sua nomeação»

um simples levantamento de rancho desencadeou um granel com «honras» de notícia na TV. Mais recentemente nos páras, precisamente no dia 1 de Abril (até parece mental), o coronel Almendra teve de ceder à 3.ª Comp. quando esta exigiu férias da Páscoa como os recrutas. Apesar dos seus oficiais andarem a limpar retretes, para trazer os soldados nas palminhas

das mãos, os páras parecem pouco dispostos a abdicar dos seus direitos.

AS SUAS CONTRADIÇÕES

Notam-se agora movimentos no interior da própria estrutura em que em cada caso concreto cada uma das linhas tenta acumular o máximo de forças ao nível operacional para se impor à outra.

É exemplar o caso da nomeação de Loureiro dos Santos: a reacção foi demasiado violenta e simultânea para ser unicamente produto «da incompreensão dos factos que levaram à sua nomeação»; esta reacção corresponde a uma clara motivação política, desencadeada por sectores de extrema-direita militar e da qual Eanes saiu reforçado.

importantes formas de organização da direita.

É de realçar que não lhes falta dinheiro. O recente crédito americano para reapetrechamento do Exército é, segundo as palavras de Carlucci, um auxílio aos militares «democratas». Parece que o avisado embaixador se propõe transformar Portugal numa nova estrela na bandeira dos EUA.

A PROPAGANDA

Poderá parecer contraditório com a análise feita, o anúncio feito pelas autoridades militares de redução dos efectivos militares; mas esta manobra mais não visa do que reduzir a força operacional aos efectivos de confiança do Poder.

A forma como é conduzida a propaganda, mostra claramente as li-



Busca-se a todo o custo um aumento de operacionalidade

O APARELHO OPERACIONAL

As contradições no interior do aparelho militar não têm permitido a rápida constituição do desejável aparelho operacional à altura da actual situação política.

Assiste-se então a uma ofensiva, tanto a nível da propaganda como da organização, para a constituição do aparelho capaz de assumir o golpe fascista.

A ORGANIZAÇÃO

O aumento dos efectivos das forças militarizadas, para onde é mais fácil seleccionar os homens e quem os vai comandar, procura compensar a redução dos efectivos ao nível dos quartéis.

A reunião de ex-comandos, tanto no Algarve como em S. João da Madeira, com a presença de todos os que já não enganam ninguém, desde Jaime Neves, Soares Carneiro, Santos e Castro e Almeida Bruno, onde por iniciativa deste se fez um elogio público a Santos e Castro, conhecido chefe da FNLA, e a defesa da organização dos ex-comandos para «a defesa da Pátria»; a frente de organização dos retornados das ex-colónias, onde, como se sabe, pontifica Galvão de Melo e o filhote, um tal Cerejo, são duas

gações entre a organização militar e civil da direita fascista.

Começam os militaristas burgueses a apontar, com o auxílio dos jornais da burguesia e apoiados em outros órgãos de informação, o inimigo dos soldados. Antes que os soldados se comecem a interrogar sobre o porquê das estafantes corridas para preparação em algumas unidades, o porquê da preparação antiguerrilha urbana e rural, do treino para dispersar manifestações e dos amiúdes reconhecimentos em torno das Unidades, começa uma campanha concentrada com a cumplicidade de membros do próprio Governo:

Ida do furibundo Barreto à televisão falar das novas ocupações no Alentejo feitas pelos comunistas (desmentidas através dum comunicado dos trabalhadores) as declarações do Gonetilha referindo-se à tática de «guerrilha» dos sindicatos, etc.

É também nessa campanha que se enquadra a provocação do «Comércio do Porto» ao nosso Partido, onde se afirmava estar o capitão Fernandes em Portugal a organizar grupos de guerrilha urbana, com a nossa colaboração.

Claro que eles não podem revelar as suas intenções, inventam as suas notícias, dispoem sempre do bumbo da imprensa reaccionária que acompanha a festa. O inimigo para eles é a organização dos trabalhadores e as organizações revolucionárias.

QUE FUTURO P

A GUÉRIN foi uma das primeiras empresas a ser desintervencionada pelo Governo. A luta que então se desencadeou nesta empresa foi, pelas características que teve e pelas proporções que assumiu, uma das mais importantes desencadeadas nestes últimos meses.

Acerca de todo o processo desencadeado desde que em 1976 se deu a intervenção estatal, da forma como decorreu a luta e das perspectivas que se deparam aos trabalhadores da Guérin, falaram-nos um delegado sindical e um trabalhador desta empresa.



A INTERVENÇÃO NA EMPRESA

REVOLUÇÃO — Quando e porquê se deu a intervenção na Guérin?

DEL. SIND. — A intervenção do Estado deu-se a 12 de Março de 1976, já durante o 6.º Governo Provisório.

Devido a um desentendimento com os vendedores, começou-se a desenrolar todo um processo durante o qual se viu que havia grandes fraudes da Administração. Devido a esta denuncia dos trabalhadores de que o capitalista José Machado tinha cometido graves irregularidades, deu-se a intervenção estatal na empresa. O Governo iniciou depois uma inspecção geral de finanças, tendo nessa altura os trabalhadores sido ameaçados de que iriam a tribunal, caso o inquérito levantado à Administração não provasse as acusações que os trabalhadores lhe faziam. Veio-se, no entanto, a provar isso e muito mais, pois o relatório excedeu todas as expectativas. O eng. Walter Rosa, então ministro da Indústria e Tecnologia, chegou, nessa altura, a afirmar que se a Guérin fosse de novo entregue ao patrão seria uma bomba atómica que reventaria em Lisboa.

TRABALHADOR — Sobre isso há ainda a acrescentar que aquele inquérito tinha matéria suficiente para meter o José Machado na prisão... só que aquilo depois de ter corrido todos os Ministérios chegou a uma gaveta e aí ficou.

DEL. SIND. — O próprio ministro Walter Rosa afirmou, então, também, que não acreditava que o José Machado voltasse à empresa pois, certamente nunca mais sairia da prisão.

Quando se conheceram os resultados do inquérito os trabalhadores publicaram e distribuíram milhares de exemplares em que se podiam verificar quais as fraudes cometidas pelo

patrão — viciação de escrita, roubos (chegou a formar uma outra empresa, a Walkwagen de Portugal, com stock da Guérin), descapitalização da empresa, etc.

QUE RECONVERSÃO

REVOLUÇÃO — Qual a alternativa que os trabalhadores põem à desintervenção, isto é, qual é vossa proposta de reconversão da empresa?

DEL. SIND. — Nós apresentámos duas alternativas, ou transformar a empresa numa empresa de capital misto — Estado e trabalhadores, ou torna-la uma empresa pública. Estas propostas de reconversão de empresa estão entregues há mais de dois anos, portanto, mesmo antes de se dar a intervenção do Estado, mas, segundo nos parece, nunca ninguém lhes pegou.

TRABALHADOR — Acerca das intervenções, parece-me que elas foram feitas mais para salvar o capitalismo do que as empresas em que elas se davam. Se não que pensar das constantes promessas do Governo de que seria feita uma reconversão da empresa e de que seria dado apoio técnico e humano, promessas essas nunca cumpridas, tendo-se o Governo durante todo o tempo que durou a intervenção limitado a receber durante dez minutos a Comissão de Gestão? Os trabalhadores fizeram então inúmeros sacrifícios, pois estavam convencidos que mais tarde daí poderiam tirar proveito. Nessa altura nem nos passava pela cabeça que o capitalista e fascista José Machado pudesse algum dia regressar à empresa...

DEL. SIND. — Havia, no entanto, já nessa altura pessoas que nunca fizeram nada além de tentar destruir a Comissão de Gestão, isto é, sempre actuaram de maneira a criar condições para o regresso do patrão. A

própria Administração manteve-se também durante todo este ano sem nada fazer, apenas usufruindo chorudos ordenados e tendo 300 litros de gasolina por mês. E vêm agora lamentar-se que é necessário recuperar a empresa...

OS ATAQUES À COMISSÃO DE GESTÃO

TRABALHADOR — A Comissão de Gestão, sempre foi, de facto, alvo dos ataques das forças reacçãoárias da empresa, nomeadamente dos vendedores, pois pelo menos um dos seus elementos sempre teve uma atitude progressista e de defesa dos trabalhadores.

DEL. SIND. — Quando a Comissão de Gestão foi nomeada era constituída por três elementos. Um deles, o eng. Freitas Ribeiro, como o ambiente não lhe agradou e como entretanto saiu um decreto que proibia o duplo emprego, escolheu ficar na outra empresa onde trabalhava e abandonou a Guérin.

Um outro, o dr. Araújo Lopes, sempre esteve ao lado dos trabalhadores. Por fim o outro elemento, o eng.º S. Pimenta, a partir duma certa altura começou a falhar, e falhou duma tal maneira que agora quando a empresa foi restituída ao patrão se lhe foi oferecer para lá continuar a trabalhar, o que o patrão recusou. Foi um dos que trabalhou para o regresso do patrão, parece-nos, que com o apoio do Ministério

A ACTUAÇÃO DOS VENDEDORES

REVOLUÇÃO — Vocês falaram há pouco dos vendedores como sendo uma força reacçãoária dentro da empresa e que sempre se opôs à Comissão de Gestão. Qual foi concretamente a actuação destes indivíduos durante o período que durou a intervenção?

TRABALHADOR — Os vendedores são uma classe muito especial na Guérin. São pessoas que mais nada fazem além do contacto verbal com os clientes e que usufruem salários que variam entre dez e os quarenta contos, sendo os que ganham apenas dez uma pequena minoria entre eles. Têm 160 litros de gasolina por mês, além de outro tipo de ajudas de custo e o carro, inclusivê, é-lhes cedido pela Guérin.

Ora, após a formação da Comissão de Trabalhadores, logo a seguir ao 25 de Abril, eles viram-se de certo modo atingidos nos seus privilégios. Com efeito, num plenário realizado na Voz do Operário, os outros trabalhadores tentaram retirar-lhes a gasolina, pois se a situação na empresa era tão má, se havia que fazer redução nas despesas, isso teria que começar pelas classes mais privilegiadas e essas eram precisamente os vendedores. Eles não aceitaram esse corte e formaram uma Comissão de Luta. Mais tarde, os elementos que constituíam essa Comissão foram suspensos e tiveram cerca de um ano nessa situação mas recebendo os vencimentos.

DEL. SIND. — Acontecia até que estes indivíduos suspensos, visto que os salários dos vendedores são pagos consoante as vendas que fazem, che-

garam a receber vencimentos superiores aos dos vendedores que se mantinham a trabalhar, pois durante este período as vendas decresceram sensivelmente e os suspensos mantinham os salários com as percentagens dos carros vendidos enquanto trabalhavam.

TRABALHADOR — Além de tudo isso são pessoas que têm defraudado a empresa (há provas disso), fazem negócios com stands de amigos dentro da GUÉRIN, compram carros e vendem-nos aos amigos pelo mesmo preço, sem qualquer lucro para a Guérin, etc.

A sua posição é portanto natural...

DEL. SIND. — Há, no entanto, que salientar que os vendedores chegaram a ser atingidos pelos despedimentos antes do 25 de Abril e o José Machado considerava a maioria desles incompetentes.

Depois de todo o processo da Comissão de Luta e ao abrigo do artigo 49/408, a Comissão de Gestão teria direito de despedir os elementos que dela faziam parte, mas, talvez por medo, apenas lhes deu uma repreensão por escrito, isto após estarem há um ano suspensos.

A LUTA CONTRA A DESINTERVENÇÃO

REVOLUÇÃO — Quería agora que fizessem um pequeno relato da luta desencadeada após o conhecimento do despacho da desintervenção?

DEL. SIND. — Segundo o despacho de desintervenção do dia 8 de Fevereiro a Administração da Guérin retomaria as suas funções no dia 15 de Março.

Quando tivemos conhecimento desta decisão do Governo, realizámos um plenário e decidimos paralisar no momento em que os ex-patrões regressem. A Administração retomou as suas funções no dia 15 à tarde e nós paralisamos no dia 16. Esta paralisação



sação manter-se-ia até ao dia 29.

TRABALHADOR — No dia 20, entretanto, em reunião com as Comissões de Trabalhadores da Cintura Industrial de Lisboa e Setúbal, que sempre nos tinham dado o seu apoio, decidiu-se acabar com a paralisação e ocupar as instalações, impedindo a Administração de entrar na Empresa. Foi então que se deu a intervenção da PSP e quenós retomamos a paralisação, pois os ex-patrões tinham ocupado os seus postos. Durante o tempo de paralisação a aderência foi de 80

PARA A GUÉRIN

por cento com especial preponderância nas oficinas.

No dia 29 realizou-se um plenário onde foi dada a conhecer aos trabalhadores, uma proposta do MIT segundo a qual o Governo acedia a negociar com os trabalhadores se estes retomassem o trabalho. Esta proposta foi aprovada e no dia seguinte terminou a paralisação. Para mim o retorno ao trabalho foi um grave erro e penso que só foi possível os trabalhadores terem decidido tal forma de actuação devido aos discursos aí proferidos por determinados elementos que conseguiram manipular os trabalhadores. Foram, de facto, feitas afirmações do género «já alcançámos uma grande vitória», «a Guérin é a vanguarda dos trabalhadores portugueses», e outras deste género, que mais pareciam os discursos da maioria de esquerda na Assembleia da República, mas que conseguiram criar ilusões nas pessoas.

DEL. SIND. — As pessoas nesse plenário foram de facto empurradas para o regresso ao trabalho. Se bem que se aproximasse o fim do mês, os trabalhadores das oficinas, pelo menos, estavam decididos a continuar a luta. Regressou-se portanto ao trabalho e no dia seguinte a Comissão de trabalhadores dirigiu-se ao MIT para começar as conversações. O sr. Ministro estava muito ocupado e a reunião foi adiada para a 2.ª feira seguinte, não se vindo de nova a realizar. Regressou ao trabalho e agora nem recebidos somos...

Para além do MIT, nós já tentamos ser recebidos pelo Ministério do Trabalho, que afirmou não estar interessado em reunir connosco. E que, além de tudo o resto, a empresa deve 10 ou 11 mil contos aos trabalhadores que nós exigimos à Administração.

TRABALHADOR — Eu acho que o recuo que nós fizemos vem comprometer a nossa luta, pois nós abandonámos a posição que tínhamos tomado e receio que agora se retomássemos a paralisação ela não teria a mesma adesão. Além disso, demos tempo para que a direita manobrasse dentro dos departamentos, procurasse as suas adesões.

Creio que é um exemplo para todos os trabalhadores daquilo a que conduz o reformismo e outras formas de actuação.

DEL. SIND. — De facto, a luta na GUÉRIN, neste momento é uma luta reformista e a nossa sorte é que a direita na GUÉRIN é essencialmente estúpida!

A SITUAÇÃO DEPOIS DO REGRESSO DE JOSÉ MACHADO

REVOLUÇÃO — Qual é a situação na Guérin depois a administração ter retomado as suas funções?

TRABALHADOR — A seguir ao regresso do José Machado há a registar uma série de acontecimentos, entre eles o despedimento do dr. Palma Miguel pessoas da nossa confiança, a transferência de pessoas e a readmissão de indivíduos que sempre nos roubaram.

DEL. SIND. — A situação que se nos vai deparar agora, apesar das promessas em contrário do patrão, é o inevitável despedimento em massa dos trabalhadores. A empresa não esta-

do em que está não se poderá manter. Ele diz que não despede ninguém mas nós sabemos que o fará, pois isso faz parte do plano económico que eles estão a pôr em prática em Portugal, imposto pelos americanos.

TRABALHADOR — Além disso nós conhecemos a inviabilidade económica da empresa e sabemos que, como bom capitalista que é, o José Machado não vai naturalmente pôr todos os meses do seu bolso o que falta para os vencimentos ou para manter a empresa de pé.

Depois há que juntar à crise da GUÉRIN a crise do sector automóvel em geral — o automóvel mais barato que a empresa tem custa, agora, 260 contos, e nem todas as pessoas o podem comprar daí uma inevitável baixa das vendas.

DEL. SIND. — Devido à má Gestão que o José Machado sempre fez e certamente irá continuar a fazer e à crise do sector eu creio que a GUERIN sem ser reconvertida não tem qual-

quer viabilidade, creio que ela cairá de madura.

TRABALHADOR — Claro que o patrão tem o seu projecto, que é o encerramento dos departamentos mais combativos e a integração dos restantes na Volkswagen de Portugal, onde ele é sócio maioritário.

DEL. SIND. — Um dos seus objectivos vai com efeito ser, certamente, retirar os bens da GUERIN e levá-los para as outras empresas, provocando assim a queda da GUERIN depois de lhes ter pago todos os prejuízos.

No fim do mês os dias de greve não foram pagos e a Administração exigiu, da secção de pessoal um relatório diário dos trabalhadores que se ausentaram, para depois pagarem àqueles que não tinham aderido à greve.

TRABALHADOR — Houve indivíduos, como os empregados de escritório, que receberam os salários, pois o José Machado achou que eles não tinham trabalhado porque não ti-

nham tido trabalho e houve outros, aqueles que eu considero traidores, que depois de nos apoiarem nos primeiros tempos se proficaram a assinar o relatório daqueles que não tinham aderido à greve, isto para receberem os salários.

AS PERSPECTIVAS DE LUTA

REVOLUÇÃO — Que perspectivas de luta acham vocês que se apresentam neste momento aos trabalhadores da GUÉRIN?

TRABALHADOR — Parece-me que, se os delegados que estão decididos a continuar a luta conseguirem ter a maioria, ainda haverá possibilidade de encontrar uma saída.

DEL. SIND. — Eu acho que não basta a boa vontade dos delegados sindicais...

TRABALHADOR — De acordo, mas, tendo em conta e exemplo do departamento onde eu trabalho, concluo que os trabalhadores das oficinas poderão ainda recomençar a luta. O meu departamento já elaborou mesmo uma proposta de se fazer, visto que o Ministério se recusa a receber-nos, uma paralisação progressiva de duas horas a partir desta 2.ª feira.

DEL. SIND. — Esta proposta já foi minimamente discutida em reunião de delegados, mas a aproximação dum fim de semana prolongado levou a que a discussão ficasse adiada para a próxima reunião que se efectuará esta terça-feira.

Mas, neste momento, e dada a situação em que nos encontramos, parece-me que a nossa única hipótese é uma luta conjunta com todas as outras empresas intervencionadas.

TRABALHADOR — Sim, eu também acho que para a nossa vitória é indispensável a elaboração dum programa de luta de todas as empresas intervencionadas, que são 260 e levá-lo à prática conjuntamente.

CONCLUSÃO A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA


REVOLUÇÃO — Se algum de vocês quiser acrescentar qualquer coisa...

TRABALHADOR — Como conclusão apenas queria dizer que considero as devoluções inseridas na grande campanha deste Governo de recuperar o capitalismo. De outro modo como vai ele conseguir entrar na CEE?

DEL. SIND. — Lembro-me agora de uma frase do eng. Nuno Barata no Ministério que aconselhou o patrão, depois de ter dito que se quisesse encerrar a empresa o fazia, a fechar as portas se os trabalhadores o «chateassem muito».

TRABALHADOR — Aliás eles quando fizeram o despacho de desintervenção puseram-nos o dilema: ou a falência ou o patrão.

DEL. SIND. — Quero só acrescentar que o José Machado desde que voltou já decidiu retirar-nos algumas regalias que tinha concedido antes do 25 de Abril. Por exemplo, já nos avisou que este seria o último ano em que nos daria feriado na tarde de quinta-feira santa e que já não nos seria concedida a tarde de 31 de Dezembro como anteriormente também acontecia.



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

INSPECÇÃO GERAL DE FINANÇAS

XIII. Conclusões

As conclusões possíveis de extrair do conteúdo deste relatório podem ser sumariadas da seguinte forma:

- a) Desvio de fundos da actividade normal da empresa, em proveito pessoal, resultante de conduta dolosa ou negligente.
- b) Descapitalização significativa não imputável à exploração da empresa.
- c) Incumprimento, com frequência, das obrigações da empresa, nomeadamente em relação ao Estado, por fraudes de carácter tributário, com carácter intencional.
- d) Viciação frequente da gerência com carácter manifestamente intencional e geradora de inanição na empresa em desacordo com a realidade.
- e) Desaparecimento de alguma documentação.
- f) Contração de gastos, destinados exclusivamente à satisfação de interesses de particulares e empolamento de gastos não devidamente fundamentados.
- g) Viciação sistemática na elaboração e consecução de escrituras públicas notariais.
- h) Irregularidades cometidas nas relações comerciais estabelecidas com clientes e instituições de crédito.

Conclusões do inquérito levantado à administração da Guérin pelo Ministério das Finanças

dos trabalhadores

DESINTERVENÇÕES

Governo de mão dada com o Capital

As desintervenções continuam na ordem do dia. Cada dia são conhecidas novas empresas a desintervencionar. O Governo, com o apoio dos partidos de direita e com a colaboração das forças militarizadas (P.S.P. sobretudo), cumpre, assim, as condições impostas pelo Imperialismo americano quando da negociação do empréstimo que os E.U.A. irão conceder ao nosso país.

DAS DECISÕES DO CONSELHO DE MINISTROS A INTERVENÇÃO DA P.S.P.

Da reunião do Conselho de Ministros realizada a 22 de Março sai a reafirmação do Decreto-Lei n.º 84/77 que determinava a cessação em 31 desse mesmo mês da intervenção do Estado nas empresas em que esta se verificasse há mais de seis meses e a decisão do Governo de «cumprir firmemente o seu dever de garantir a ordem nessas empresas». Dessa reunião, tal como das anteriores, nada transparece sobre os resultados dos inquéritos levantados às ex-administrações quando da intervenção estatal.

Num despacho posterior emanado do Ministério das Finanças e do Ministério da Indústria e Tecnologia é adiado o prazo para a desintervenção até ao dia 15 de Abril.

O Governo mostra-se, no entanto, «pontual» no que diz respeito à «manutenção da ordem» nas empresas desintervencionadas... Menos de 24 ho-

ras depois da decisão de Conselho de Ministros já uma força da P.S.P. intervinha na Guerin, onde os trabalhadores tinham ocupado as instalações impedindo a entrada dos ex-patrões.

O APOIO DA DIREITA

O Governo vê a sua decisão de desintervencionar apoiada na Assembleia da República pelos partidos da direita aí representados.

Com efeito, é recusada pelo C.D.S., P.S.D. e naturalmente pelo P.S., uma proposta de apoio aos trabalhadores da Guerin que nessa altura se encontravam paralisados.

A recusa desta proposta significa, pois, a continuação do apoio das forças de direita a todas as medidas do Governo que se insiram na total recuperação capitalista da economia portuguesa.

AS «REVINDICAÇÕES» DO PATRONATO

Nem todos os ex-patrões das empresas desintervencionadas pelo Estado

facto, para além duma recuperação que muitas vezes não se deu por múltiplas razões durante a intervenção estatal (reestruturações que não foram feitas, corte de subsídios por parte da Banca muito antes do fim oficial da intervenção, o que provocou inúmeros prejuízos nessas empresas etc), nestes três anos após o 25 de Abril os trabalhadores conseguiram conquistar regalias que se bem que constantemente postas em causa, continuam a ser condição suficiente para impedir lucros semelhantes aos que os patrões usufruíam antes do 25 de Abril.

Face a esta situação e tendo compreendido as dificuldades que teria em restituir ao patronato algumas destas empresas, o Governo decidiu conceder-lhe «ajuda financeira extraordinária tendo em vista a recuperação económica e financeira das empresas».

Mas, mesmo assim, continuam-se a avolumar as «reivindicações» do patronato. Assim na Fertex-emoreira parecem decididas a voltar, pelo menos sem que antes lhe sejam concedidas, pelo Governo algumas ajudas.

A situação económica e financeira nalgumas dessas empresas não permite aos ex-patrões retirar os lucros necessários e suficientes para os fazer regressar com grande entusiasmo. De

Têxtil de Rio Tinto, o patrão põe como condição para regressar a concessão pelo Governo da quantia de 100 mil contos, dois gestores por este enviado e um estudo técnico do GII. Noutra empresa, a Intento, do ramo das construções, as condições apresentadas num documento pelo patrão para regressar são o despedimento de 300 trabalhadores e um aval do Estado para o relançamento da empresa.

O caso da Shiming no Porto é exemplar dentro deste quadro, em que os patrões, para além de readquirirem empresas que, muitas vezes, pela sua acção sabotadora, levaram à falência, ainda impõem condições às quais o Governo, pelos seus compromissos internos e externos, se vê obrigado a ceder.

Aqui o patronato alemão parece completamente decidido a não voltar. Com indemnizações ou sem elas, a decisão do Governo não parece com possibilidades de ser levada à prática. Face a esta situação que faz o Governo?

Segundo os trabalhadores desta fábrica, parece ter decidido declarar a falência da empresa ao abrigo do decreto-lei 4/76, isto é, continuar a acção sabotadora do ex-patronato, criando ele próprio condições para o despedimento das centenas de trabalhadores que trabalham na Shimming.

A RESPOSTA DOS TRABALHADORES

Face à disposição do Governo de continuar as desintervenções e do patronato em defender os seus interesses, os trabalhadores desenvolvem diversas formas de luta, como meio de

protesto contra estas medidas tomadas nas suas costas e que põem em causa todo o seu trabalho e sacrifício desde que se deu a intervenção, assim como as suas conquistas.

AUTO RECONSTRUTORA DO BARREIRO

Os trabalhadores iniciaram uma paralisação de trabalho que se mantém a 100 por cento, a partir do momento em que um dos sócios maioritários entrou na empresa, acompanhado de uma força da P.S.P.

Posteriormente, quando o patrão tentou entrar na empresa sem a escolta policial, foi impedido de o fazer,

tendo os trabalhadores decidido só permitirem a sua entrada quando acompanhado pela polícia.

A razão deste procedimento está, segundo os trabalhadores, no facto de que só a força os poderá fazer aceitar a entrada na fábrica de indivíduos que eles não reconhecem como gestores.

LIMAS TOMÉ FEITEIRA



Na fábrica de Limas Tomé Feiteira de Vieira de Leiria os trabalhadores mostram-se decididos a paralisar no momento em que os ex-patrões regressam à fábrica.

Estes, no entanto, e apesar da desintervenção já ter sido anunciada há alguns dias, ainda não voltaram, tendo a chave da empresa sido entregue à C.T. quando terminou o período de

gerência dos representantes do Governo.

É de notar a solidariedade que se tem desenrolado à volta destes trabalhadores, sendo de salientar uma paralisação de todas as actividades industriais na zona de Vieira de Leiria e da Marinha Grande e uma concentração frente à Câmara Municipal da Marinha Grande.

MONDOREL-COIMBRA

Nesta empresa têxtil de Coimbra o patrão regressou no passado dia 9, tendo a maioria dos trabalhadores repudiado o seu regresso e iniciado uma paralisação. Esta empresa que tinha sofrido a intervenção económica quan-

do em Agosto desse mesmo ano a Banca lhe cortou os subsídios.

Os trabalhadores continuam decididos a manter a paralisação, como forma de protesto contra esta medida governamental.



REFORMA AGRÁRIA OU O ANTICOMUNISMO DO SR. BARRETO

A CRIAÇÃO DA BASE SOCIAL DE APOIO PARA O CAPITALISMO

Atentando nas medidas e nas afirmações feitas pelo ministro António Barreto verifica-se que o que está em causa não é realmente o problema da economia nacional, da sua reestruturação, da produtividade agrícola, mas sim uma questão política — o problema do feroz anticomunismo do sr. Barreto e da criação da base social para uma sociedade capitalista.

A análise da Reforma Agrária feita pelo sr. ministro — de acordo com os seus objectivos e não de forma correcta e séria — chega à conclusão de que o sistema colectivo de produção é menos rentável do que o desenvolvimento da pequena e média propriedade, bem como das cooperativas em que a associação é feita, mas em que cada um retém a sua propriedade.



nos do que uma reestruturação capitalista da propriedade, do que um ataque às organizações dos trabalhadores, e do que a criação, através do incentivo da propriedade privada, da base social para um regime capitalista.

A argumentação usada pelo sr. ministro passa por um ataque feroz aos trabalhadores, pela preparação da criação de um clima repressivo moralizando as forças repressivas, sobretudo a GNR que mais tem actuado nas descapatações no Alentejo, incentivando-a à violência tal como fazia Marcello ou Salazar.

INDIVIDUALIZAÇÃO DO TRABALHO E CRIAÇÃO DO SENTIMENTO DE PROPRIEDADE PRIVADA - FORMA DE DESTRUIR AS UCPs

O sr. Barreto atribui aos trabalhadores alentejanos e ao regime de traba-

lho de 8 horas por eles praticado a falta de terrenos cultivados este ano, sobretudo no caso das searas.

Ora o sr. ministro sabe perfeitamente que a justificação para o facto não é essa. O próprio relatório elaborado pelo Ministério da Agricultura faz cair por terra essa afirmação: o concelho das Caldas da Rainha, fora da zona da Reforma Agrária, é o concelho onde menos cereais foram semeados; no distrito de Santarém, por exemplo, cuja maior extensão está fora do âmbito da Reforma Agrária, também aí as sementeiras foram deficitárias...

Portanto, quando o sr. ministro compara o sistema de exploração individual com o colectivo, verifica-se que nos dois sistemas houve realmente falhanços nas sementeiras, justificados pelas condições do tempo que não permitiram que estas se fizessem em pleno.

Se este argumento não é suficiente, que justifique o sr. ministro a grande produção existente o ano passado, quando o Alentejo estava sob o regime da Reforma Agrária!

Por outro lado, como o sr. ministro sabe, muitas vezes os pequenos agricultores trabalham no sistema de subaproveitamento de máquinas, o que lhes permite num dado momento executar o maior número de tarefas, na medida em que têm a máquina à sua disposição para uma pequena área de terreno. Ao contrário, nas cooperativas, as máquinas estão, na sua maioria, totalmente aproveitadas e a relação entre o número de máquinas existentes e a área a cultivar obriga a que seja preciso mais tempo para que as sementeiras sejam feitas.

O REGIME DE PEQUENA PROPRIEDADE

Quando o sr. ministro faz a defesa da pequena propriedade privada, não faz mais do que a defesa da escravatura.

Na verdade, os pequenos agricultores, durante o fascismo, sempre foram uma das classes mais exploradas, trabalhando de sol a sol e em péssimas condições, usufruindo rendimentos de miséria. É a estes tempos que o sr. ministro quer voltar, sobretudo para acentuar a exploração dos trabalhadores rurais, neste caso dos pequenos agricultores, para recriar o sentido da propriedade privada no Alentejo, para destruir o proletariado alentejano e para uma maior exploração dos trabalhadores.

Este será o objectivo do sr. ministro porque em contrapartida não temos conhecimento que do Ministério da Agricultura tenha saído qualquer medida no sentido da protecção aos pequenos e médios agricultores. A única coisa que tem saído são intenções, boas intenções.

Na prática, a situação dos pequenos agricultores está exactamente como estava no tempo do fascismo, senão em alguns casos agravada, dado o aumento dos adubos, das máquinas, dos combustíveis e sementes, sem que o rendimento das sementeiras e do seu trabalho tenha sido valorizado.

O valor das sementeiras e do seu trabalho retém-se como dantes das mãos dos intermediários. Pode-se dizer que os pequenos agricultores estão neste momento a contribuir para que os intermediários façam fortunas — são esses que estão a ganhar com a agricultura.

É este o sistema que o sr. ministro defende, pois, caso contrário, já teria tomado medidas para terminar com esta situação, como seja a regulamentação da venda de determinados produtos, como a fruta, por exemplo (na verdade, em relação ao mercado abastecedor de frutas em Lisboa, muitas vezes os agricultores ainda são obrigados a repor dinheiro do seu bolso, porque o produto das vendas da fruta enviada não chega para pagar os encargos a que a sua colocação no mercado obriga).

SUBEMPREGO

Um outro problema posto pelo ministro Barreto é do subaproveitamento dos trabalhadores. Diz o sr. ministro que só 70 por cento dos trabalhadores das UCP terão pleno emprego, enquanto os outros 30 por cento estarão numa situação de subemprego, recebendo no entanto como os primeiros.

É caso para perguntar ao sr. ministro que se passa no seu Ministério: se serão só 30 por cento a trabalhar e 70 em regime de subaproveitamento.

É caso para perguntar porque é que o sr. ministro fala em subemprego, quando no Centro da Reforma Agrária de Évora são transferidas cerca de 12 pessoas e entram à volta de trinta para o seu lugar. Será que despediu os melhores e fez entrar os piores? Ou o Centro de Reforma Agrária trabalha em regime de compadrio e são os trabalhadores rurais que o têm que sustentar?

Quando se fala em subemprego num país como o nosso e se aventam percentagens entre 70 e 30 por cento, isso significa que a agricultura é o local onde o subemprego está menos vincado.

Esta seria uma resposta possível ao problema levantado pelo sr. ministro, no entanto, a verdadeira questão é outra. Os trabalhadores das UCPs, ao tentarem diversificar as suas culturas,

ao procurarem o melhor aproveitamento das terras, obviaram a duas coisas: ao desemprego e ao subemprego. É talvez o Alentejo um dos pontos do País onde esses problemas têm sido melhor resolvidos, porque são resolvidos colectivamente e pelos trabalhadores. Caso não houvessem outras, esta seria a prova da capacidade de gestão e de integração social das UCP.



«UNS A GOVERNAR — OS OUTROS A OBEDECER»

Quando o sr. ministro refere que o trabalho no Alentejo foi muitas vezes prejudicado porque os trabalhadores em vez de produzirem estavam em reuniões, claro que isso é um facto que dói ao sr. ministro. «Uns a governar e os outros a obedecer» é o velho lema salazarista, o velho lema caetanista, seguido pelo sr. Barreto, agora o lema «barretista». Efectivamente, já no tempo de Salazar se dizia «uns mandam, outros obedecem»; o sr. ministro diz agora «uns trabalham e outros discutem política», os intelectuais fazem política e os trabalhadores produzem riqueza — esta é a divisão social que interessa ao sr. ministro: que os trabalhadores não se esclareçam e não tomem formas de acção colectiva, quer de contestação a um governo fascizante, quer de aperfeiçoamento das suas formas de intervenção.

TÉCNICOS OU CAPATAZES, COMPETÊNCIA OU CACIQUISMO

O sr. ministro refere também que as UCPs expulsaram do seu seio alguns elementos — os conhecidos caciques e carrascos postos pelos latifundiários como capatazes para obrigar os trabalhadores a trabalhar — e diz que esses homens eram os melhores técnicos, os que mais perce-



dos trabalhadores

EMPREGADAS DOMÉSTICAS

UMA DURA LUTA PELA DEFESA DOS SEUS DIREITOS

Ultimamente tem-se agudizado a luta que as empregadas domésticas levam a cabo pela satisfação de um dos mais elementares direitos dos trabalhadores — uma legislação que defenda e garanta os seus legítimos interesses.

Foi no sentido da divulgação desta luta que se arrasta indefinidamente e dos aspectos de que ela se tem revestido que o «Revolução» se deslocou ao Sindicato do Serviço Doméstico e entrevistou duas dirigentes sindicais.

REV. — Como surgiu a organização sindical das empregadas domésticas?

— Um grupo de empregadas domésticas antes do 25 de Abril já reflectia sobre os seus problemas e na exploração de que era vítimas. Mas não podíamos, por todos os condicionaismos a que estávamos sujeitas, alargar a nossa acção.

Depois do 25 de Abril foi mais fácil começar a fazer um lançamento do nosso trabalho a nível nacional e conseguimos organizar as empregadas domésticas e montar o nosso sindicato nacional.

Começamos por suscitar esclarecimentos, reunindo-nos em diversas ocasiões, as primeiras das quais foi em 19 de Maio de 1974 no Porto com cerca de 700 trabalhadoras e em Lis-

sionando os órgãos de Poder, como também no sentido de mobilizar todas as trabalhadoras para a importância da luta e para a participação efectiva nela.

Foi na sequência dessa longa luta e da discussão que sempre mantivemos entre nós que tomámos consciência do sentido último e profundo da luta que travamos, ou seja, a extinção da nossa classe! Na verdade, a nossa existência como classe social está condicionada pela existência de classes parasitárias que vivem à custa do nosso esforço e da exploração de outros trabalhadores. É, efectivamente, na luta pelo fim da exploração e por uma sociedade sem classes que nós estamos apostadas, embora saibamos que no nosso caso concreto a luta será extremamente dura, como a própria experiência nos está a demonstrar.

REV. — Tem sido, portanto, na base da promulgação de uma legislação que defenda os vossos direitos que se tem situado a vossa luta imediata. Como é que ela se tem desenvolvido e que formas tem tomado ultimamente?

— Depois de termos levado a efeito duas manifestações ao Ministério do Trabalho, fizemos há dias uma exposição da nossa luta e levámo-la até junto da residência do Primeiro-Ministro, onde estava a decorrer a reunião do Conselho de Ministros. Quando lá chegámos foi-nos dito pelo porteiro que a agenda do Conselho já estava preenchida e que não havia qualquer possibilidade de falarmos com o dr. Soares. Pedimos então ao porteiro que entregasse a nossa exposição, mas não sabemos se realmente foi entregue ou não, porque não recebemos qualquer resposta, embora nos lá tivessemos mantido por algum tempo.

Isto é perfeitamente sintomático da forma como temos sido tratadas até aqui, desprezadas e escorraçadas como se de animais se tratasse, e não fossem os mais elementares e legítimos direitos de largas centenas de trabalhadores que estivessem em causa. Quando esta atitude parte de um partido, agora no Governo, que tem expressamente no seu programa a promulgação de uma lei para as empregadas domésticas, é caso para lhes perguntar se já se esqueceram do programa que os elegeram, se é que alguma vez o lera!

REV. — Tem-se centrado a vossa luta, então, na tentativa de intervenção directa do Primeiro-Ministro. É assim?

— Sim, e isto porque consideramos

que já esgotámos as hipóteses de intervenção do Ministério do Trabalho. Ainda há pouco tempo nos foi dito que o Ministério do Trabalho considerava que a resolução dos nossos problemas já não dependia dele, porque, diziam eles, os restantes ministros acham que a legislação irá provocar o descontentamento na pequena e média burguesia!

Todos sabemos que não são os trabalhadores que podem ficar descontentes com uma medida que não os afectará. Se o Governo pretende falar verdade, então que diga que não pretende defender os interesses dos trabalhadores mas sim os da grande burguesia exploradora e parasitária, como na prática o demonstra.

Entretanto, também endereçámos há dias uma exposição ao Presidente da República e pedimos uma audiência. Estamos à espera dessa audiência, e quanto à exposição, recebe-

mos uma carta da Presidência da República, em que se diz que o sr. Presidente tinha lido a nossa carta com muita atenção! Apenas isto!

REV. — Para lá da posição do Governo, têm com certeza sido alvo dos mais variados boicotes?

— Sim, sem dúvida. Desde o início que sabíamos que iríamos provocar todo o tipo de sabotagens, da parte dos patrões sobretudo. E a reacção patronal fez-se sentir imediatamente através dos despedimentos, o que aliás, nos provocou graves problemas. Para os quais temos tentado as soluções que nos parecem possíveis e mais correctas.

Por outro lado, o chamado «Sindicato Livre das Empregadas Domésticas», que não é é mais do que o sindicato representativo dos patrões, tem tentado de todas as formas desmobilizar as nossas companheiras de

Continua na pág. 13



boa no dia 26 do mesmo mês com a participação de cerca de 450 empregadas domésticas. A partir dessa altura elegeu-se uma comissão pró-sindicato e alargou-se o trabalho de auscultação e discussão no seio da classe. Foi assim que tomou forma a necessidade urgente que nós sentimos, de uma legislação que nos protegesse dos abusos e prepotências dos patrões.

REV. — Foi então que se materializou essa necessidade na forma de um projecto?

— Sim. Elaborámos, ainda em 1974, um projecto de contrato colectivo de trabalho que entregámos no Ministério do Trabalho e que tem merecido de todos os governos que se seguiram um desprezo total.

Temos desenvolvido uma luta, desde então, não só no sentido de fazer publicar a lei de regulamentação, pres-

O SINDICATO DO SERVIÇO DOMÉSTICO EM RISCO DE DESPEJO EM LISBOA, PORTO E ÉVORA

Como as dirigentes sindicais aludem na entrevista que publicamos ao lado, desenvolve-se uma luta a nível sindical em torno de uma ordem de despejo de que são alvo as instalações onde funciona actualmente o Sindicato do Serviço Doméstico em Lisboa

Já depois de realizada a entrevista, o Sindicato conseguiu avisar-se com o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, a quem solicitou que intercedesse favoravelmente nesta questão

Esclareçamos que o edifício se encontra alugado à Câmara para onde o sindicato já enviou, há tempo uma exposição, especificando a utilização que está a ser feita do edifício, onde o sindicato já gastou cerca de cem contos em melhorias urgentes. Na verdade, na altura em que o sindicato o ocupou, o edifício estava completamente degradado e abandonado, portanto sem qualquer préstimo, enquanto agora é não só a sede do sindicato em Lisboa, como também da Cooperativa, funcionando no âmbito desta um refeitório, uma lavandaria, creche e curso de alfabetização

Talvez por as trabalhadoras se terem mostrado tão combativas e organizadas, mobilizando em torno de si muitos outros trabalhadores que também utilizam os benefícios da cooperativa, a reacção se mostre

tão interessada em destruir o que custou tanto trabalho a construir!

O presidente da Câmara respondeu com evasivas, prometendo suspender a ordem de despejo, mas adiantando que o sindicato teria de dar um prazo para a desocupação do edifício

Em diálogo com trabalhadoras do sindicato, estas mostram-se dispostas a resistir, tentando ou suspender definitivamente essa desocupação ou que lhes seja entregue um dos muitos imóveis pertencentes à Câmara e que se encontram subarrendados ou mesmo abandonados

Na realidade a amplitude desta questão não se pode de maneira nenhuma menosprezar, sobretudo se tivermos em conta que a sede do Sindicato do Porto se encontra numa situação bastante semelhante, e que à sede de Évora foi pedida uma renda exorbitante. Esta é uma luta, neste momento, essencial, pois está em causa a própria sobrevivência do sindicato, o que faz supor que por detrás destas acções está o fascismo organizado com a complicitade do aparelho de Estado

Por tudo isto, as trabalhadoras do serviço doméstico apelam a todos os trabalhadores para que se solidarizem com a sua luta, utilizando, por exemplo, os serviços da Cooperativa ou manifestando-lhe o seu apoio na sede do sindicato

EM LUTA PELO C.C.T.

ARMAZENISTAS DE MERCEARIA

Cerca de vinte mil trabalhadores estão em luta pela nova regulamentação colectiva de trabalho, englobando trabalhadores de importação, comércio, exportação e armazenagem de produtos hortícolas e armazenagem e exportação de azeites.

A luta vem-se centrando em torno da defesa do projecto proposto pelos trabalhadores, cujos pontos principais são as tabelas salariais vigência e retroactividade, diuturnidades, pagamento do trabalho extraordinário, promoções e despedimentos.

Entretanto, em seguimento desta luta realizou-se uma paralisação de meio dia no passado dia 1, que al-

cançou o apoio de cerca de 85 por cento dos trabalhadores de Lisboa e da totalidade dos trabalhadores de Castelo Branco e Évora.

Recordemos que o patronato se tem recusado a sentar-se à mesa de negociações; perante a proposta de aumento salarial dos trabalhadores de 23,7 por cento, o patronato apenas acede em 10 por cento. Isto, quando o aumento do custo de vida em dois anos, se cifrou em 47 por cento.

Os trabalhadores estão prontos a encetar novas formas de luta se o patronato continuar a recusar as negociações, para o que se reunirão proximoamente.

MADEIRAS

Os trabalhadores deste sector cerca de 150 mil, em luta pelo novo contrato colectivo realizaram paralisações parciais no passado dia 9.

A adesão dos trabalhadores cifrou-se em cerca de 90 por cento es-

tando estes a realizar plenários onde serão definidas novas formas de luta a ser adoptadas, devido à ruptura pelo patronato das negociações para a regulamentação do trabalho.



EMPREGADAS DOMÉSTICAS

Continuação da pag. 12

luta que todas travamos. Tem sido uma luta duríssima, a que por último se veio juntar uma ordem de despejo do prédio que ocupamos, no prazo de 30 dias. Já fizemos uma exposição à Câmara em que explicamos os efeitos para os quais está a ser utilizado o edifício, assim como os empreendimentos, no valor de dezenas de contos, já aplicados. Estamos à espera de ser recebidas pelo secretário da Câmara e até lá teremos de aguardar!

REV — Além de todo esse tipo de boicotes tentando por todos os meios destruir a vossa luta, ainda há a própria dificuldade de mobilização das empregadas domésticas

— Sim, e que não é das menores. Aliás, compreendemos há muito que apenas com uma forte organização e a consequente mobilização das nossas colegas será possível alcançarmos a meta que nos propoemos atingir.

Temos concentrado as nossas forças nessa tarefa, para a qual temos sentido várias espécies de dificuldades. A primeira, é a própria circunstância de as empregadas domésticas se encontrarem divididas pelos locais de trabalho, quase individualmente, o que por si só seria obstáculo difícil de ultrapassar. Depois, há a exploração desenfreada de que as empregadas domésticas são alvo, obrigando-as a trabalhar de dia à noite, sem qualquer espécie de horário de trabalho. Muitas, nem sequer têm um domingo livre. E mesmo para as que têm, é exigir talvez de mais que, depois de uma semana de trabalho, lhes vamos ocupar a única possibilidade

de descanso semanal com reuniões sindicais. No entanto, é, normalmente, a única possibilidade de nos reunirmos com as nossas companheiras.

Apesar de tudo, as nossas colegas têm correspondido ao apelo que temos feito, e na última assembleia geral estiveram cerca de 200 trabalhadoras, o que no período que atravessamos já não é mau.

REV — Perante todo o género de dificuldades que têm atravessado, qual tem sido a vossa resposta organizada?

— Temos levado a cabo, aqui no nosso sindicato, um trabalho que nós consideramos extremamente positivo.

Tentámos resolver vários problemas, como seja o caso dos despedimentos, com a criação de uma Cooperativa Operária de Prestação de Serviços Domésticos. No âmbito desta cooperativa, criámos uma lavandaria e uma creche que virá com certeza resolver alguns dos problemas de muitas trabalhadoras assim como refeitórios a preços populares e um serviço ao domicílio. E ainda temos em Lisboa um grupo cultural que tem levado a efeito várias iniciativas de dinamização cultural.

No Porto, temos também uma creche, um refeitório e um teatro que serve de meio de alfabetização, além de um trabalho ao domicílio.

Em Évora temos refeitório, e em Aveiro temos realizado um curso de alfabetização.

Estas são apenas algumas das iniciativas que realizámos e muitas outras temos já em mente e em vias de realização.

REV — Por último, qual tem sido o apoio que têm recebido, nomeadamente dos partidos políticos?



— Bom, devemos dizer que o apoio que temos recebido dos partidos políticos não tem sido nenhum.

Alguns partidos falam de socialismo e libertação, palavras muito bonitas que eles sabem utilizar, mas se puderem impedir os trabalhadores de se unirem e organizarem por si próprios, tudo farão para o conseguir. Efectivamente, o facto de no nosso caso terem sido as trabalhadoras a organizarem-se entre si, e levarem avante uma luta contra o patronato foi uma espinha cravada em certos partidos. Porque, no fundo, se esses partidos dei-

xassem que os trabalhadores se organizassem e tomassem o poder por eles próprios, deixariam de ter esses trabalhadores e sujeitar-se-iam a não serem as cúpulas partidárias a dominarem os trabalhadores, mas sim estes a tomarem nas suas mãos o seu próprio futuro.

E disto que alguns partidos têm medo. O que estes podem estar certos é que nós não cederemos na luta que travamos, nem cederemos sejam quais forem as pressões a que nos sujeitarem. Estamos conscientes e firmes na nossa luta!

dos trabalhadores

A LUTA DOS TRABALHADORES

AGRICULTORES E RENDEIROS DO NORTE

Numa Conferência de Imprensa recentemente promovida pela Liga de Agricultores e Rendeiros de Vila Nova de Gaia e pela Liga de Gondomar, representando respectivamente 700 e 900 associados, foi denunciada a actuação do Governo e em especial do MAP, responsáveis pela precária situação económica desses trabalhadores.

Os agricultores e rendeiros insurgiram-se contra os recentes aumentos dos preços de produtos essenciais, como os adubos, que sofreram um aumento de 25 por cento, a batata de semente cujo preço subiu para o dobro.

LUPAPO — PORTO

Os trabalhadores desta empresa continuam paralisados devido a não receberem salários desde o passado mês de Dezembro.

por outro lado, a empresa não dispõe de matéria-prima suficiente para a laboração, enquanto que a administração continua a não se mostrar interessada em aceitar um empréstimo oferecido pela Banca na ordem dos 1.400 contos ...

SAMPAIO E FERREIRA

Os trabalhadores desta empresa têxtil em Riba de Ave voltaram ao trabalho, em virtude de terem conseguido a reintegração, dentro de dois meses, de 4 companheiros suspensos pela entidade patronal. Esta foi obrigada a ceder, pelo que estes trabalhadores continuam a receber o salário e não lhes será instaurado um processo disciplinar como era pretendido pelos patrões.

COTESI — VILA NOVA DE GAIA

O patrão desta empresa, depois de ter despedido 63 trabalhadores, está neste momento a contratar retornados (na modalidade de contrato a prazo) para virem ocupar os postos de trabalho que daquele modo ficaram vagos.

BAIRRO FONTE DA MOURA — PORTO

Os moradores deste bairro reuniram-se em Assembleia Geral para discutir uma decisão da Câmara do Porto que se propõe nomear uma Comissão para «actualizar» as rendas daquelas casas, sem consultar os respectivos moradores.

Os moradores decidiram que tal Comissão assim nomeada nunca representaria os interesses dos moradores dos bairros, e propuseram que o assunto fosse discutido pela Comissão de Moradores e Junta de Freguesia.

LUSITÂNIA DE ÓPTICA — FÁZNERES; GONDOMAR

Continuam suspensos 4 operários (três deles delegados sindicais), por decisão do patrão Manuel Souto.

Entretanto a delegação do Ministério do Trabalho considera esgotada a sua «capacidade conciliatória».

Os 60 trabalhadores da empresa manifestaram a sua inteira solidariedade com os camaradas suspensos, num plenário realizado no dia 30 do mês passado, e decidiram que eles continuarão nos seus postos de trabalho.

SOCIEADE DE CONSTRUÇÕES SOARES DA COSTA

Os trabalhadores desta empresa do Porto mantêm a paralisação de uma hora diária iniciada no dia 1, como forma de obrigar a entidade patronal a pagar dez dias de subsídio de férias de 1976 ainda em débito, visto já ter expirado o prazo acordado para esse pagamento.

FÁBRICA DE TECIDOS ALVORADA — FAFE

Esta fábrica foi parcialmente destruída por um incêndio em Setembro de 1975, pelo que o patrão Narciso Barroso despediu a título provisório a maioria de operários, sendo acordado um prazo para a sua recolocação. Expirado esse prazo, continuam por recolocar 750 operários que já realizaram dois plenários onde decidiram exi-

gir a sua recolocação imediata o pagamento de salários e subsídios em atraso.

F. MOCHO — 106 TRABALHADORES EM RISCO DE DESEMPREGO

Os trabalhadores desta empresa Metalúrgica de Matosinhos correm o risco de perder os seus postos de trabalho, se os Serviços Técnicos dos Serviços Municipalizados não revirem a sua decisão de importar do estrangeiro uma conduta gigante que poderia ser feita por estes trabalhadores e que lhes servia de garantia de continuarem a trabalhar.

GONDOMAR — DESPEDIDO UM TRABALHADOR NOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

Foi ordenada pelo Conselho de Administração deste serviço e baseado-se numa pretensa «conveniência de serviço» o despedimento do eng. Técnico Alberto João Pais Marques.

Os cerca de 40 trabalhadores destes serviços, depois de terem conhecimento desta decisão da administração, aprovaram uma moção em que repudiavam este despedimento e em que responsabilizavam a administração pelas atitudes que possam vir a tomar caso esta decisão não venha a ser reconsiderada. Os trabalhadores consideram este despedimento como tendo um carácter marcadamente político e como fazendo parte dum processo de perseguições que, depois de se iniciarem no sector privado, se estende agora à Função Pública.

FÁBRICAS TEXTÉIS DESINTERVENÇIONADAS

Delegados sindicais e elementos das Comissões de Trabalhadores das fábricas Polifix, Schimming, Fertex, Socotil e Fiação Crestuma, cinco empresas têxteis da zona do Porto totalizando cerca de 1500 trabalhadores e até aqui todos eles em regime de intervenção estatal, deram uma conferência de imprensa onde manifestaram a sua posição — necessidade do prolongamento da intervenção por parte do Estado e não ao regresso dos patrões às empresas.

FÁBRICA DE TECIDOS INVICTA — PORTO

Existe uma certa desmobilização nesta fábrica, depois de se ter deserdado um período de lutas.

Neste momento os trabalhadores encontram-se divididos, estando paralisadas 18 operárias, sendo 14 delas visadas por inquéritos disciplinares instaurados pelo patrão.

O patrão não as deixa entrar na fábrica, requerendo o auxílio da PSP.

CONFECÇÕES NANDO — LEÇA DA PALMEIRA

Os trabalhadores desta empresa insurgem-se contra a desintervenção estatal, pois a empresa foi sabotada pelo patrão em Maio de 1975.

Os trabalhadores não recebem salários há 4 meses, enquanto que o patrão impõe condições ao Governo para regressar à empresa tais como o despedimento de alguns trabalhadores, o «saneamento financeiro» da empresa e financiamento governamental.

MAIVEST A luta continua

O Comité Unitário dos Trabalhadores da Maivest, emitiu um comunicado em que denuncia o facto de mais uma vez se ter chegado ao fim do mês sem que o patrão lhes tenha pago os respectivos salários.

O patrão justifica a sua atitude dizendo que não pode pagar os dias em que os trabalhadores estiveram paralisados e portanto não produziram. Só que, como lembra o comunicado, houve dias em que se trabalhou, logo se produziu, e esses também não são pagos.

Depois de apresentarem as causas da baixa produção que se verifica na

empresa — suspensão de camaradas que estão em casa com os vencimentos pagos, mas que, consequentemente, não produzem, os trabalhadores afirmam que se o patrão não lhes paga não é porque não tenha possibilidades de o fazer, pois ainda há pouco tempo aumentou as suas riquezas comprando uma nova loja.

O comunicado termina com um apelo à unidade de todos os trabalhadores da Maivest, condição indispensável para a manutenção dos seus postos de trabalho e para opôr resistência à repressão que o patrão exerce sobre os trabalhadores, repressão essa que aumenta dia a dia.

REFORMA AGRÁRIA



Continuação da pág. 11

biam da agricultura.

É caso para pensarmos que o sr. ministro estaria de acordo que o sistema caetanista e salazarista dava efectivamente a possibilidade aos mais competentes. Talvez o sr. ministro tenha essa visão do período do fascismo, talvez até que ele não sentisse muito na pele o que era o caetanismo e o salazarismo, por ter uma situação privilegiada. Só isso é que nos pode fazer pensar que o sr. ministro não conhecia o que eram os feitores, o que eram os capatazes, o que eram os lacaios do capitalismo nessa época.

Os trabalhadores correram com alguns deles — e muito bem — porque esses homens eram a ponta-de-lança do fascismo no seio dos trabalhadores.

Quanto a competências, diz o sr. ministro que nem sepre os técnicos progressistas são os mais competentes. Não aceitando a generalização, acreditamos nalguns casos. Basta vermos o que é o ministro da Agricultura, para verificarmos que nem sempre os técnicos que se dizem progressistas são os melhores técnicos.

SOCIALISTAS E FASCISTAS

A partir do presente número do «Revolução» passaremos a transcrever um conjunto de textos teóricos sobre o fascismo, no sentido da sua compreensão histórica.

O texto que hoje reproduzimos foi elaborado por Gramsci, fundador e dirigente do Partido Comunista Italiano, em Junho de 1921, num período de democracia parlamentar mas em que se punha já a questão da subida ao poder do fascismo em Itália.

A posição política do fascismo é determinada pelas seguintes circunstâncias:

1 — Os fascistas, durante os 6 meses de actividade militante, encarregaram-se de um pesadíssimo fardo de actos criminosos que ficarão impunes enquanto a organização fascista for forte e temida.

2 — Os fascistas só podem dedicar-se à sua actividade, porque têm dezenas de milhar de funcionários, especialmente nos corpos da força pública (política, guardas reais, carabinieri) e na magistratura, que se tornaram seus cúmplices morais e materiais. Estes funcionários sabem que a sua impunidade e avanço estão estreitamente ligados ao destino da organização fascista, e é por isso que eles têm todo o interesse em apoiar o fascismo, sejam quais forem as acções que ele leve a cabo para consolidar a sua posição política.

3 — Os fascistas possuem, divididos por todo o território nacional, depósitos de armas e munições e em quan-

tidade suficiente para construir um exército de meio milhão de homens.

4 — Os fascistas organizaram um sistema hierárquicos de tipo militar que encontra o seu coroaamento natural e orgânico no Estado-Maior.

É evidente que os fascistas tentam evitar a prisão e querem empregar a sua força, toda a força de que dispõem, para ficarem impunes e atingirem o fim supremo de todo o movimento: ter nas mãos o governo.

Que esperam fazer os socialistas e os dirigentes confederais para impedir que o povo italiano seja esmagado pela tirania do Estado-Maior, dos latifundiários, dos banqueiros? Estabeleceram eles um plano? Têm eles um programa? Não parece.

Será que os socialistas e os chefes confederais estabeleceram um plano clandestino?

Seria ineficaz, porque só uma insurreição das massas pode esmagar um golpe de força reaccionário, e também porque as insurreições das grandes massas se, por um lado, têm necessi-

dade de uma preparação clandestina, têm, por outro, igualmente necessidade de uma propaganda legal, aberta, que indique uma linha que oriente os espíritos, que prepara as consciências.

Os socialistas nunca colocaram seriamente a questão da possibilidade de um golpe de Estado e das medidas a tomar para se defenderem e passar à ofensiva. Os socialistas, habituados a ruminar estupidamente algumas formulazitas pseudo-marxistas, negam a revolução «voluntarista» «miraculista», etc., etc.

Mas se a insurreição do proletariado lhe fosse imposta pela vontade dos reaccionários, que não podem ter escrúpulos «marxistas», como deveria comportar-se o Partido Socialista? Deixaria ele, sem resistência, a vitória à reacção? E se a resistência saísse vitoriosa, se os proletários insurgidos e armados infligissem a derrota à reacção, que palavra de ordem daria então o Partido Socialista? Entregaria as armas ou continuar a luta até ao fim? Nós acreditamos que, neste momento, estas questões não são de maneira nenhuma académicas e abstratas.

O que pode acontecer, é que os fascistas, que são italianos, que têm todas as indecisões e todas as fraquezas de carácter da pequena burguesia italiana, imitem a tática seguida pelos

socialistas aquando da ocupação das fábricas: que se submetam e abandonem à justiça punitiva de um governo restaurador da legalidade aqueles que cometeram crimes assim como os seus cúmplices.

É possível e todavia, é uma má tática quer fiar-se nos erros dos adversários, quer imaginar os seus próprios adversários incapazes e inaptos.

Quem dispõe da força, serve-se dela. Quem corre o risco de ir para a prisão, tomará precauções para conservar a sua liberdade. O golpe de Estado dos fascistas, isto é, o do Estado-Maior, dos latifundiários e dos banqueiros, é o espectro ameaçador que existe desde o começo desta legislatura.

O Partido Comunista tem a sua linha de conduta: lançar a palavra de ordem da insurreição, e conduzir o povo em armas até à liberdade, de que o Estado operário será o garante.

Qual é a palavra de ordem do Partido Socialista? Como é que as massas podem ainda ter confiança neste partido, em que toda a actividade política se esgota em lamentos e cujo fim se limita a manter através dos seus deputados «belíssimos» discursos no Parlamento?

«L'Ordina Nuovo», 11 de Junho de 1921

OS CRIMES DO HITLERISMO NA POLÓNIA

Transcrevemos seguidamente pequenos extractos de um relatório elaborado pelo prof. dr. Czeslaw Pilichowsky, director da comissão central de investigação sobre os crimes hitlerianos na Polónia.

A Polónia foi submetida, durante os anos de 1939/1945, à política de exterminação do ocupante com o objectivo de aniquilar biologicamente a nação. Os crimes do hitlerismo começaram em Setembro de 1939, cometidos pelas unidades da Wehrmacht e da SS. Apareceram em seguida as lúgubres práticas que o mundo civilizado nunca tinha conhecido antes, sendo de salientar as execuções em massa e a liquidação pura e simples de milhões de vidas humanas nos campos de concentração nazis.

O objectivo do III Reich era o de «fazer desaparecer o povo polaco da face da terra», e isto, não para realizar, por este meio, os objectivos da guerra ou de lhes por fim, mas unicamente porque assim tinha decidido o regime hitleriano tendo em vista atingir, na Europa de Leste, os fins imperialistas a que se tinha proposto. Não havia, na própria origem do genocídio nazi, nenhuma motivação militar, mas razões puramente nacionalistas, «raciais, higiénicas», hipocritamente qua-

lificadas pelos dirigentes nazis de um «combate» contra os seres prejudiciais, de uma «desinfecção social» dos povos eslavos, considerados como «sub-homens» e povos de menos valores.

Quando tiveram lugar a agressão do III Reich alemão contra a Polónia e as operações militares em Setembro/Outubro de 1939, várias dezenas de milhares de polacos foram vítimas de execuções em massa e individuais, levadas a efeito pela Wehrmacht, Einsatzgruppen, Gestapo e Selbstschutz. Durante o tempo de ocupação dos territórios da Polónia, tempo esse superior a cinco anos, o homicídio, o assassinato, a privação de liberdades eram parte integrante da prática quotidiana do poder nazi. Se se referir a estatística, podemos afirmar que os nazis assassinavam 2900 cidadãos polacos diariamente.

O objectivo da agressão da Alemanha hitleriana contra a Polónia, iniciada a 1 de Setembro de 1939, era o de liquidar o Estado polaco e des-

truir a nação polaca. Par «consolidar» a Europa sob a dominação do III Reich alemão, os nazis ocuparam em seguida os Estados da Europa Ocidental, Setentrional e Meridional. Mas o seu objectivo, principal era não somente a Polónia, mas a Europa de Leste. Tratava-se para eles de conquistar o «espaço vital a Leste», de se apoderar de novas regiões agrícolas, de mercados para a venda dos seus produtos e de fontes de matérias-primas para a sua indústria, de destruir o sistema socialista da União Soviética, de germanizar o «Este», exterminando os povos eslavos e fazendo estabelecer nos seus territórios colonos alemães.

Os povos da Europa nem sempre se aperceberam da ameaça que os planos do III Reich alemão faziam pesar sobre a sua existência. Pra, as directivas de Hitler, apresentadas por Goering na conferência de 19 de Junho de 1940, estipulavam claramente: «o Luxemburgo, a Noruega, a Alsácia e a Lorena serão incorporados no Reich alemão. A questão de incorporar igualmente a Bélgica é examinada».

Dos 30.010.000 homens que morreram durante a Segunda Guerra Mun-

dial, 18,1 milhões de pessoas pertencentes à população civil morreram em consequência da política de extermínio do III Reich — 5,4 milhões na Polónia —, 10,3 milhões na URSS, ou seja 86,7 por cento do número total de pessoas exterminadas pelos nazis e pertencentes a 30 países da Europa e d'além-Europa. O genocídio cometido sobre os povos polaco e soviético foi horrroso.

As perdas no domínio da cultural, da educação e da ciência não foram menos dolorosas. Não só tinha morrido a maior parte dos intelectuais, como tinha sido suprimida toda a vida cultural e a instrução, tinham pilhado ou destruído os bens seculares do nosso país: museus, bibliotecas, obras de arte, arquivos, etc.

Para os dirigentes do III Reich, a guerra não tinha sido senão um meio de levar a cabo os objectivos da ideologia nazi e do imperialismo alemão. Ao longo desta guerra não só tinha desaparecido as fronteiras entre aquela e o genocídio como o conflito desencadeado pela Alemanha hitleriana se tinha tornado um instrumento de crimes horríveis sobre povos inteiros.

Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuidora: Editorial 18 de Janeiro, — Lisboa

POR UMA GRANDE JORNADA NACIONAL DE LUTA ANTIFASCISTA NO 25 DE ABRIL DE 1977

No próximo dia 25 passam três anos sobre a importante e inesquecível data em que «os capitães de Abril» usaram derrubar a ditadura fascista que oprimia o povo português e os povos das colónias. Mas este acto justo de revolta e derrube da ditadura tem de ser encarado, não como dádiva milagrosa de alguns oficiais das Forças Armadas, mas como produto da luta de classes, como resultado das batalhas duras e persistentes travadas pelos revolucionários, pelos trabalhadores e pelos anti-fascistas portugueses, assim como pela heróica luta dos povos das ex-colónias.

Inevitavelmente, a luta de classes também passou pelo interior das Forças Armadas e aí determinou o 25 de Abril de 74. Militares houve que avançaram para o 25 de Abril com o desejo de uma libertação autêntica do povo português, mas muitos deles apenas procuravam estabelecer aqui um estado capitalista «moderno».

Se parte importante dos oficiais que participou no derrube da ditadura fascista em 25 de Abril de 74 mais não pretendia que encontrar formas novas de prosseguir a exploração e opressão dos trabalhadores portugueses e dos povos das colónias, as grandes lutas que então se desenvolveram obrigaram à descolonização e a enormes cedências do novo poder face aos trabalhadores e aos revolucionários.

Nos três anos decorridos após o 25 de Abril de 74 tem havido uma profunda clarificação no campo da luta de classes — dos partidos, dos militares e das forças que

estão com o proletariado, assim como dos partidos, dos militares e das forças que estão com a reacção e o fascismo — mas as classes trabalhadoras não conseguiram ainda encontrar a unidade, a organização e a direcção política revolucionária capazes de fazer avançar de forma irreversível as suas conquistas, capazes de levar a cabo a Revolução em Portugal. Por isso, nos últimos tempos, a burguesia e o imperialismo têm desferido profundos ataques às conquistas dos trabalhadores e dos revolucionários e preparam-se de novo para um regime de grande exploração e opressão. Serve-se, neste momento, de um Governo falsamente socialista, de dirigentes burgueses e reacccionários disfarçados de democratas, para reaverem os privilégios perdidos, para reporem a ordem terrorista do capital sobre as classes trabalhadoras e as forças progressistas deste país.

A burguesia vai tentar aproveitar-se das Comemorações do 25 de Abril de 77 para as transformar numa festa burguesa que legitime a recuperação capitalista e fascista em curso, que, em nome da sua liberdade e da sua democracia, justifique as novas formas de exploração e violência que se propõe levar a cabo. Com esse objectivo a burguesia e a reacção vão tentar dividir os trabalhadores e enquadrá-los nas suas manifestações.

Por outro lado, os reformistas de vários matizes vão tentar fazer crer que se trata apenas de uma festa e que não há motivos, ou que não seria o momento oportuno, para uma grande jornada

de luta em defesa das grandes conquistas dos trabalhadores.

Cabe aos revolucionários, às classes trabalhadoras e às forças progressistas, deitar por terra os objectivos da burguesia, cabe aos revolucionários desmascarar as perspectivas reformistas, para que o 25 de Abril de 77 se transforme numa grande jornada de luta anti-fascista, contra a recuperação capitalista e pela Independência Nacional. Para tal, é preciso que todos nos unamos em torno das Comissões de Trabalhadores, das Comissões de Moradores, dos Sindicatos e de outras Comissões Unitárias que estejam dispostas a levar para a frente um 25 de Abril que não seja apenas uma festa, mas seja, sobretudo, uma jornada de luta que corresponda às exigências da situação concreta que vivemos.

Que onde não haja Comissões Unitárias para este efeito se criem, principalmente:

a) Nos bairros pobres e nas zonas de casas ocupadas

b) nas fábricas e empresas

c) nas zonas de terras ocupadas e cooperativas. Que os militantes revolucionários se batam nas organizações unitárias dos trabalhadores e moradores, ou em comissões criadas especificamente para este efeito, pelo desenvolvimento duma intensa actividade de organização e combate a culminar no 25 de Abril de 77, e tendo como objectivos centrais de luta:

a) **Contra o avanço do fascismo** — Contra o regresso dos fascistas aos lugares de comando na FA, nas Empresas, no Aparelho de Estado, etc.

b) **Contra a recupera-**

ção capitalista e pela defesa intransigente das conquistas dos trabalhadores — Contra as desocupações de casas, terras e fábricas, contra o regresso dos patrões, contra a vida cara, pelo direito à greve, contra o congelamento de salários, pelo direito dos explorados e oprimidos a uma vida digna.

c) **Contra a informação fascista e reacccionária** — Por uma informação ao serviço dos trabalhadores.

d) **Contra o saneamento dos militares revolucionários e progressistas** — pela defesa dos militares acusados pelo 25 de Novembro

e) Pelo Poder democrático das classes trabalhadoras

f) Pela Independência Nacional;

Que a Unidade a criar e a desenvolver com estes objectivos seja feita com a necessária maleabilidade de adaptação às situações concretas de cada local e sem descrições partidárias, isto é, entre todos aqueles que estejam dispostos a opor-se decididamente ao avanço do fascismo e à recuperação capitalista.

Que no dia 25 de Abril de 1977 se realizem manifestações por todo o País, significativas da disposição de organização e luta dos explorados, que transformem este dia num grande passo em frente para a unidade e vitória das classes trabalhadoras e dos revolucionários portugueses.

Que o dia 25 de Abril de 77 não seja apenas um dia de festa, mas seja, sobretudo, um ponto alto de coordenação e síntese da organização e luta dos revolucionários, dos trabalhadores e das forças progressistas.

EDITORIAL

A seguir à vaga de lutas de trabalhadores que, de Norte a Sul do País, se radicalizava, observamos actualmente uma série de cedências a esse nível que se podem enquadrar no chamado Pato Social. É assim que das violentas lutas dos têxteis, com resistência dos trabalhadores e com confrontos com a Polícia, se passou à cedência em relação ao patronato.

Do mesmo modo, a contratação dos vidreiros que se iniciou dura e com posições violentas de parte a parte, passou à cedência da parte do sindicato.

As razões destas cedências temos que encontrá-las no Pacto Social, o qual se fundamenta no reformismo. E o reformismo, em situação de crise, cede sempre.

Perante a situação actual de profunda instabilidade económica e social, perguntar-se-à qual é a tática justa: ceder perante o avanço das medidas antioperárias ou radicalizar as lutas? Argumenta o reformismo no sentido de demonstrar que é necessário ceder porque a radicalização das lutas desestabiliza a situação. E verificamos mesmo que o reformismo prefere a estabilização com um poder de direita do que a chamada «desestabilização» com hipótese de uma reviravolta do poder para a esquerda.

Nesse aspecto é interessante verificar que o actual poder tem ameaçado e isolado o PC no sentido de o pôr entre a espada e a parede. Isto transparece nos discursos oficiais, apareceu provocatoriamente no discurso de Mário Soares na tomada de posse de um novo Governo e lê-se na imprensa pró-governamental. A par deste isolamento e ameaças ao PC, aparecem convites a que se comporte como um partido berlingueriano, enfim um partido «democrático», civilizado, europeu.

E a este isolamento ao longo da história, responde não com firmeza e maior radicalização mas com cedências. A sua prática condena-lo a comportar-se de modo a ser suportado, a ser tolerado pela burguesia. Todo o seu esforço passa a ser no sentido da demonstração de um «bom comportamento» perante aqueles que os ameaçam. E assim passam a actuar de tal modo que são incapazes de sacrificar tudo para se manterem legais, para se manterem no estatuto de oposição tolerada.

Essa tática conduz, por um lado, à cedência no campo das lutas dos trabalhadores e, por outro, ao ataque às organizações que se colocam à sua esquerda, atingindo-as por carambola exactamente com o mesmo tipo de acusações que recebem da direita. Mário Soares fala do PC chamando-lhe depreciativamente «comunista» e a direcção do PC em seguida fala da esquerda revolucionária em termos de «pseudo-revolucionários».

Há pois que esperar da tática do reformismo estes dois pontos fundamentais: cedência na luta dos trabalhadores e ataques aos revolucionários. Torna-se pois numa tática extremamente perigosa para a esquerda e para os trabalhadores em geral, pois conduz ao enfraquecimento da luta, à divisão no seio do movimento operário e à denúncia e calúnia a que todos estamos habituados ao longo destes três anos.

Quer isto dizer que os revolucionários não continuam a fazer um esforço no sentido da unidade? Não, neste momento é mais do que nunca errado responder ao sectarismo com outro sectarismo. Neste momento ou os trabalhadores e as bases dos partidos de esquerda se unem ou a batalha está perdida. Que, na perspectiva do 25 de Abril, se trabalhe mais e mais na unidade.

assina
divulga
Revolução